

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA**

GISELE OLIVEIRA DE LIMA

**Movimento Baixa do Marotinho:
A luta pela moradia em Salvador (1974-1976)**

SALVADOR-BAHIA

2009

GISELE OLIVEIRA DE LIMA

**Movimento Baixa do Marotinho:
A luta pela moradia em Salvador (1974-1976)**

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia – UFBA, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dra. Lina Maria Brandão de Aras

SALVADOR-BAHIA

2009

Lima, Gisele Oliveira de
L732 Movimento Baixa do Marotinho: a luta pela moradia em Salvador (1974-
1976) / Gisele Oliveira de Lima. – Salvador, 2009.
101 f.: il.

Orientador: Prof^a Dr^a Lina Maria Brandão de Aras
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade
de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.

1. Movimentos sociais. 2. Urbanização – Salvador(Ba) – História. 3.
Teologia da Libertação. I. Aras, Lina Maria Brandão de II. Universidade
Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD – 981.42

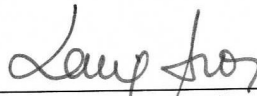
**MOVIMENTO BAIXA DO MAROTINHO: A luta pela moradia em Salvador
(1974- 1976)**

GISELE OLIVEIRA DE LIMA


Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia - UFBA, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre.

Aprovada em: 30/04/2009

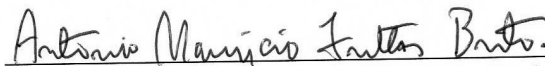
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dra. Lina Maria Brandão de Aras (Orientadora)
Doutora em História – USP
Universidade Federal da Bahia – UFBA



Prof.^a Dra. Edilece Sousa Couto
Doutora em História – UNESP/Assis
Universidade Federal da Bahia – UFBA



Prof. Dr. Antonio Mauricio Freitas Brito
Doutor em História – UFBA
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

À comunidade do Marotinho, em especial, à D. Carmosina e “Seu” Alcebíades, exemplos de resistência, luta e honestidade.

A cidade se embebe como uma esponja dessa onda que reflui das recordações e se dilata. Uma descrição de Zaira como é atualmente deveria conter todo o passado de Zaira. Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras.

Italo Calvino, “As cidades invisíveis”.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a uma pessoa muito especial em minha vida, pois foi graças ao seu amor e apoio que esse trabalho pôde ser realizado. Nos momentos mais difíceis, principalmente quando não mais acreditava em mim, ela nunca deixou de acreditar e confiar. Mãe, te amo, obrigada por você existir e por ser minha Mainha!

À minha irmã que tanto amo, agradeço pelo seu imenso carinho. Aos meus avós, cujas histórias contadas por eles tanto gosto de ouvir. Aos meus tios Marlene, Mazinho, Badô e Aldacy pelas conversas sérias e, também, descontraídas. E aos meus primos lindos: Mila, Tales e Dudu.

À minha orientadora, Lina Aras, por ter me acolhido, acreditado em mim e, ao longo desses meses, ter se tornado minha amiga.

Um agradecimento especial a Adroaldo, meu amor, amigo e companheiro. Obrigada pelos conselhos, pela paciência e pelos “puxões de orelha”, muitas vezes necessários.

À Cris e Ana Emília, minhas “amigas do peito” com as quais pude sempre contar.

À Ednei e Edemir, por tantas vezes terem compartilhado comigo os sofrimentos de um mestrado.

À Igor, André e Reinaldo, por viverem comigo as dores e as alegrias do mestrado.

Agradeço com muito carinho a Vanessa e Raphael. Eles sabem o quanto foram importantes na minha trajetória para o mestrado.

À CAPES pelo financiamento da pesquisa.

Obrigada a todos!

RESUMO

A dissertação objetiva relatar sobre o Movimento do Marotinho entre 1974 – 1976. Discutimos as transformações urbanísticas desenvolvidas na cidade, a política implementada em relação às ocupações e de que forma os poderes municipais e estaduais enfrentaram a organização e articulação do Movimento do Marotinho. Analisamos o surgimento da ocupação da Baixa do Marotinho, como os moradores se organizavam e como se identificam em torno da sua ação. Verificamos, também, a participação e atuação da Igreja e o apoio de entidades profissionais no movimento. Por fim debatemos a conquista dos ocupantes.

Palavras chaves: Movimento Popular, Transformações Urbanas, Teologia da Libertação, História da Bahia.

ABSTRACT

This dissertation objective report on the Movement of Marotinho between 1974 – 1976. We discussed the transformations urbanísticas developed in the Salvador city, the politic implemented in relation to occupations and how the powers municipal and state faced the organization and articulation of the Movement of Marotinho. We analyzed the emergence of occupation of Low Marotinho, as the inhabitants are arranging and identify around its action. We see, also, the participation and activity of the Church and the support of entities professionals in the movement. Lastly we debated the conquest of occupants.

Keywords: Popular movement, Transformations urban, Theology of the Liberation, History of the Bahia.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 –	O vale do Marotinho.....	48
Imagem 02 –	Mapa de localização da Baixa do Marotinho.....	49
Imagem 03 –	A comunidade do Marotinho hasteando a Bandeira do Brasil.....	70
Imagem 04 –	Ocupantes do Marotinho sendo despejados no dia 05 de março de 1976.....	85
Imagem 05 –	Escolta Policial entrando na Baixa do Marotinho.....	88
Imagem 06 –	Presença policial no Marotinho e as famílias retirando os seus pertences.....	88
Imagem 07 –	Comunidade do Marotinho aguardando posição da Prefeitura Municipal de Salvador.	91
Imagem 08 –	Reportagem retratando famílias que não foram contempladas com os lotes na Fazenda Sete de Abril.....	93

LISTA DE ABREVIATURAS

ACM	Antonio Carlos Magalhães
BBC Londres	British Broadcasting Corporation Londres
BNH	Banco Nacional de Habitação
CEAS	Centro de Ação Social
CIA	Centro Industrial de Aratu
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
COPEC	Complexo Petroquímico de Camaçari
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DINURB	Plano Diretor do Distrito Industrial Urbano do Município do Salvador
EPUCS	Escritório do Planejamento Urbanístico da Cidade do Salvador
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MSTS	Movimento Sem Teto de Salvador
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PAM	Programa de Ajuda Mútua
PLANDURB	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador
PM	Polícia Militar do Estado da Bahia
PMS	Prefeitura Municipal de Salvador
PNH	Plano Nacional de Habitação
PROFILURB	Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SEPLANTEC	Secretaria de Planejamento e Tecnologia
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SICCS	Sindicato das Empresas de Construção Civil
UFBA	Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

LISTA DE IMAGENS	
LISTA DE ABREVIATURA	
INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I	
1 MODERNIZAÇÃO VERSUS INVASÃO: O IMPASSE DO PODER MUNICIPAL	15
1.1 Salvador e sua divisão sócio-espacial.....	21
1.2 Prefeitura versus Baixa do Marotinho.....	32
CAPÍTULO II	
2 MOVIMENTO BAIXA DO MAROTINHO	45
2.1 Baixa do Marotinho – condições socioeconômicas.....	47
2.2 Baixa do Marotinho e sua legitimidade social.....	56
CAPÍTULO III	
3 INVASÃO OU OCUPAÇÃO?	72
3.1 Marotinho e a Igreja Católica.....	75
3.2 O termo invasão para Padre Renzo e Délia Boninsegna.....	86
3.3 Novo Marotinho – conquista ou concessão?	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
FONTES.....	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	98

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo estudar a formação do movimento de luta pela moradia denominado Movimento Baixa do Marotinho e que envolveu a Prefeitura Municipal de Salvador (PMS), em 1976, culminando na expulsão dos ocupantes. Ao longo desse impasse com a PMS, os moradores foram se organizando e articulando-se com outros setores da sociedade civil.

A importância desse movimento reside não somente na luta que marcou a sociedade soteropolitana da época, mas, também, por ter sido propulsor para o fortalecimento e unificação dos diferentes movimentos contra a ditadura militar, contra a repressão política e por melhoria nas condições socioeconômicas da população.

O interesse em pesquisar sobre o Marotinho se deu de forma bem indireta. Inicialmente, organizamos uma atividade na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, com o objetivo de apresentarmos o Movimento Sem Teto de Salvador (MSTS). O MSTS surgiu em 2003 e, ao mesmo tempo em que ele aumentava o número de integrantes, ganhava destaque e despertava a sociedade soteropolitana para as problemáticas urbanas da cidade. Foi no processo de conhecimento sobre um movimento de luta pela moradia que surgiu o interesse e questionamentos sobre movimentos antecessores.

Primeiramente nos debruçamos sobre um levantamento mais amplo sobre as lutas por moradia ao longo do século XX. Foi muito importante essa pesquisa, porque nos permitiu visualizar esses movimentos de modo mais geral e, ao mesmo tempo, perceber que tínhamos que nos concentrar em apenas um movimento, pois a cidade tinha vivenciado diferentes lutas e muito ricas. Não poderíamos, portanto, desenvolver um trabalho tão amplo num período de 24 meses.

Nesse impasse, a minha orientadora, Lina Aras, teve um papel muito importante. Ela observou a importância de historiar um movimento de luta pela moradia que teve notoriedade à sua época: o Movimento do Marotinho. A partir daí, passamos a nos debruçar com mais afinco sobre artigos e documentos que citavam o Marotinho. Ao manusear os jornais que tratavam acerca do movimento àquela época, percebemos um excelente nicho investigativo para compreender as tramas dos movimentos sociais e urbanos, especificamente àqueles relacionados à moradia. A curiosidade foi se afirmando à medida que o movimento se desenhava intrinsecamente ligado às questões políticas e urbanas de Salvador, bem como a atuação da Igreja face aos moradores e poder público.

Após esse pequeno relato sobre como surgiu a pesquisa do Marotinho, apresentaremos os métodos e fontes utilizados para o desenvolvimento dessa investigação. Primeiramente, tentamos fazer um levantamento das políticas de transformações urbanas e os conflitos habitacionais em Salvador durante o século XX.

No início do século XX durante o governo de Joaquim José Seabra, teve início a política de higienização e europeização da cidade (LEITE, 1996), política esta que estava sendo aplicada no Rio de Janeiro pelo Prefeito Pereira Passos, tendo o aval do Presidente da República, Rodrigues Alves (CHALHOUB, 1996). A proposta de alargamento da Avenida Sete de Setembro e a ampliação do sistema de bondes foi realizado por Seabra. Governos posteriores deram continuidade ao projeto de higienização: promoveram o surgimento de bairros nobres na região sul da cidade, o desalojamento de diversas famílias e, conseqüentemente, o aumento de cortiços¹ e vilas² na cidade (BRANDÃO. In: VALLADARES, 1980).

A Bahia, até meados da década de 1950, possuía sua indústria concentrada em Salvador, com pouca expressividade na produção nacional e tendo o mercado baiano como maior consumidor. O número de trabalhadores na indústria representava, em 1940, 3,7% dos habitantes de Salvador. Além disso, a sua produção não atendia a toda necessidade da cidade, demonstrando a pouca importância na economia estadual (NEVES, 1985. pp. 63-65).

Milton Santos afirma que, em 1950, a população economicamente ativa de Salvador era composta por 25% de empregados domésticos, “admitidas com salários miseráveis para obter alimentação e alojamento” (SANTOS, 1959. p.47). A propósito da ocupação dos habitantes da cidade, Erivaldo Neves observa:

Vê se que Salvador era um viveiro de mão-de-obra ociosa. O grande fluxo de imigrantes, fundamentalmente advindos do êxodo de populações rurais, reforçado com a estabilização da lavoura cacaueteira, que deixava de absorver significativos contingentes, a partir do terceiro decênio deste século, direcionou-se para Salvador. Aí esses imigrantes defrontavam-se com a dificuldade de emprego regular, porque o setor secundário era reduzido e o terciário quase inelástico. (NEVES, 1985. p.64)

A população de Salvador, em 1900, estava em torno de 205.813; em 1920, 283.422. Nessas duas décadas, o crescimento habitacional na capital da Bahia foi de

¹ Famílias que dividem uma só casa, ou melhor, um casarão e que compartilham um só sanitário.

² Corredor com diversas casinhas em que compartilham a mesma entrada.

aproximadamente 37,70%, resultado da reforma urbana capitaneada por J. J. Seabra no início do século, atraindo imigrantes para capital. De 1920 a 1940 o crescimento foi de apenas 2,48%. Nesse período, a região sul da Bahia, devido à produção cacaueteira, foi uma região de grande atração de imigrantes. De 1940 a 1950, o aumento populacional foi de 43,65%; 70% dos novos habitantes eram migrantes oriundos da lavoura cacaueteira que entrou em estagnação. Este acréscimo populacional também foi provocado pelas políticas de vigilância sanitária, as quais contribuíram para o aumento da taxa de natalidade e diminuição da de mortalidade (NEVES, 1985. p.66).

Apesar do crescimento populacional que a capital baiana apresentou nas primeiras décadas do século XX — principalmente entre 1940 e 1950 —, o Estado não investiu em projetos de habitações populares. O que ocorreu foi um maior enrijecimento do controle do espaço urbano. Proprietários e foreiros começaram a planejar loteamentos destinados a classe média, ocupando áreas freqüentemente sem infra-estrutura, inclusive, antigos caminhos rurais de ligação à cidade. Um dos primeiros loteamentos é datado de 1925, localizado em Itapagipe, na Estrada dos Dendezeiros. A prefeitura passou a aprovar, cada vez mais, os loteamentos particulares. Nos anos de 1930, 80 loteamentos foram licenciados; em 1940 foram 70; e, nos anos de 1950, mais 70 foram licenciados pela Prefeitura, indicando o quanto a cidade já se preparava para um futuro mercado imobiliário. (BRANDÃO, 1978)

A ausência de políticas do Estado relativas a programas habitacionais para atender as populações carentes, o grande crescimento populacional “e a existência de uma parcela da população sem acesso a uma renda capaz de garantir a sua participação no mercado capitalista de bens e serviços de consumo, entre eles, o da habitação” (MATTEDI, 1979. p.115), resultaram nas “invasões”³ que surgiram como uma alternativa de moradia. Um movimento de grande repercussão, em 1946, foi o *Corta-Braço*, um dos primeiros a se organizar e a reivindicar o direito de posse sobre a área. Outro que se destacou foi o *Gengibirra*⁴. Três anos depois surgiram outras ocupações como a da Avenida Peixe e a da Vila Rui Barbosa. Estas “invasões” ocorreram em regiões próximas às fábricas e envolviam normalmente pessoas pobres, ou seja, uma população proletária e sem condições de pagar o transporte para o trabalho (NEVES, 1985).

³ Termo utilizado por MATTEDI e pelos jornais da época retratando ocupações de propriedades alheias.

⁴ Ocupação do final da década de 1940, localizada próximo ao Largo do Tanque e do Loteamento Guarani.

A partir de 1950, a Bahia, mais especificamente Salvador, iniciou os processos de transformações industriais, econômicas e sociais com a construção da Refinaria Landulfo Alves, prosseguindo com a construção do Centro Industrial de Aratu (CIA), no início da década de 1960, e o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), em meados da década de 1970 (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA, 1997).

Durante a ditadura militar a diretriz política era promover um desenvolvimento industrial da seguinte forma: as indústrias de base continuariam sob o poder do Estado, sendo que as indústrias de bens duráveis e não duráveis ficariam geridas pelas privadas, ou melhor, pelas indústrias internacionais. De fato, a construção do Centro Industrial de Aratu (CIA) e, em seguida, o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), concretizaram a especialização da produção de bens intermediários, particularmente nos setores de metal-mecânica e petroquímica que contava com recursos naturais da região. Os processos de industrialização e modernização afetaram a realidade social, urbana e econômica de Salvador e a Região Metropolitana⁵ (RMS). O tipo de industrialização implantada na Bahia visava produtos intermediários para a indústria do sudeste. (ANDRADE, 2000)

Como não ocorreram maiores investimentos na produção local de produtos necessários ao consumo interno, o mercado baiano ficou aberto à entrada de produtos do centro-sul. As indústrias baianas, sem competitividade no mercado, foram duramente atingidas, aumentando a dependência da Bahia em relação ao sudeste, e crescendo o número de desempregados que aumentava, cada vez mais, com as ondas migratórias⁶. Apesar dos projetos de infra-estrutura, no Planejamento Industrial da Região Metropolitana de Salvador, terem sido criados para absorver os trabalhadores e suas famílias nas cidades industriais e vizinhas, estes não conseguiram se consolidar na quantidade e qualidade esperada, sendo um dos motivos que fizeram com que Salvador se tornasse um dos principais pólos de atração na conquista da moradia. (SAMPAIO. In: LIMA, 2002).

⁵ A Região Metropolitana de Salvador – RMS foi instituída pela Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973, como área estratégica em termos políticos e econômicos para o Brasil e, em particular, para o desenvolvimento industrial regional. Inicialmente, a RMS era composta por oito municípios, compreendendo: Camaçari, Candeias, Itaparica, Lauro de Freitas, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz, sendo posteriormente incluídos dois novos municípios: Dias D'Ávila, desmembrado de Camaçari em 1985, e Madre de Deus, desmembrado de Salvador em 1989.

⁶ De acordo com o Anuário Estatístico do Brasil de 1974 e o Censo de 1980, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, durante a década de 1950, Salvador teve um aumento populacional de 44% em relação ao período anterior, crescimento ocasionado pela construção da Refinaria Landulfo Alves, que atraiu trabalhadores de diferentes regiões à procura de emprego. O mesmo aconteceu durante as décadas de 1960 e 1970 com a construção do CIA e o COPEC, provocando um aumento populacional de aproximadamente 75% desses dois períodos, em relação ao de 1950. (apud CARVALHO; PEREIRA, 2006. p.68)

Maria Raquel Mattedi (1979) argumenta que, apesar do grande investimento do Estado nos processos de modernização e industrialização na capital e na Região Metropolitana, respectivamente, bem como na ampliação das atividades ligadas diretamente e indiretamente ao setor industrial, e na expansão e modernização do setor terciário capitalizado, dois terços da força de trabalho, em 1971, não se encontravam vinculadas ao setor industrial e terciário capitalizado. Esses trabalhadores se encontravam em atividades terciárias mais tradicionais, de baixa remuneração e que exigiam pouca qualificação.

A cidade cresceu, se modernizou, equiparando-se, em alguns aspectos, aos grandes centros urbanos. Entretanto, a maior parte da população permanecia pobre, em condições de vida degradantes, recebendo baixos salários e tendo pouco envolvimento com atividades mais rentáveis da economia como, por exemplo, aquelas vinculadas diretamente ao ramo industrial ou terciário industrializado, o que favoreceu, assim, ao aumento da concentração de renda em Salvador.

A má distribuição de renda, aliada à crescente especulação no mercado imobiliário altamente valorizado, promoveu a exclusão de uma parcela considerável da população de Salvador ao acesso à habitação através do mercado habitacional formal. Os terrenos e os aluguéis tinham preços exorbitantes, incompatíveis com a realidade da população de baixa renda, restando poucas alternativas às pessoas pobres: pagar os caros aluguéis, morar debaixo dos viadutos ou ocupar uma região abandonada.

No período de 1946 a 1967 ocorreram 28 ocupações. Durante a construção do CIA e COPEC, de 1968 até 1978, Salvador registrou 39 ocupações; ou seja, de 1946 a 1967 ocorreram onze movimentos a menos que nos dez anos posteriores. A questão da habitação, após a implantação das modernizações industriais, transformou o dia-a-dia da capital baiana (MATTEDI, 1979). Diversos movimentos pela conquista da moradia⁷ no período de 1968 a 1978 ganharam destaque nos jornais locais e, até mesmo, nas revistas nacionais: *Fazenda Grande do Retiro*, *Nova Brasília* – em Itapuã, *Planeta dos Macacos* – em São Cristóvão, *Alto da Santa Cruz* – no Nordeste de Amaralina e *Baixa do Marotinho*.

⁷ Entendemos que os movimentos sociais como, por exemplo, os da luta pela moradia, são uma forma de organização de setores da sociedade a reivindicar, resistir e combater a espoliação urbana e social. Os movimentos sociais promovem maior consciência política, valorização da atuação coletiva e a construção da luta pela cidadania. A atuação da Igreja, das Comunidades Eclesiais de Base e de organizações e partidos de esquerda nos processos reivindicatórios foram fundamentais na disponibilização de suportes institucionais, engajamento de profissionais como médicos, advogados, arquitetos, assistentes sociais e outros profissionais. Além disso, os articuladores sociais discutiam com a população modos de abordagem da realidade e alternativas de atuação aos problemas vivenciados. (GOHN, 1991)

Nesse cenário de contradições frente às transformações urbanas de Salvador, surgiu a *Baixa do Marotinho*, uma ocupação como muitas outras, composta por famílias muito carentes que se dispuseram a se alojar em um terreno íngreme, pois não tinham condições de manter a família e o aluguel. Apesar de ser uma ocupação motivada por elementos muito parecidos com de outras que surgiram em Salvador, algo que lhe diferenciou foi o fato do poder municipal dar entrada na reintegração de posse e efetivar a sua expulsão, mesmo tendo diversos setores da sociedade civil apoiando e legitimando a ocupação e desqualificando a ação política municipal.

O Movimento *Baixa do Marotinho* recebeu um grande apoio dos grupos sociais, dentre os quais: a Igreja Católica, através do Padre Paulo Tonucci e Padre Renzo Rossi, com o apoio do abade Dom Timóteo Amoroso Anastácio e do arcebispo de Salvador, Dom Avelar Brandão Vilela; a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); o Instituto de Arquitetos da Bahia (IAB); o Clube da Engenharia; o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal da Bahia – DCE/UFBA; jornalistas e fotógrafos. A Igreja, a OAB, o IAB e o Clube de Engenharia tiveram um papel muito importante no processo de negociação entre a Prefeitura e o Movimento.

O Marotinho ganhou uma repercussão tão grande na cidade que, diante da posição irredutível do Prefeito Jorge Hage em expulsá-los, o Governo do Estado, após a expulsão disponibilizou lotes de terras localizados na Fazenda Sete de Abril, na Estrada Velha do Aeroporto. A transferência dos moradores para um bairro distante do centro apresentava-se como uma estratégia de afastamento dos perturbadores da ordem estabelecida do olhar da sociedade. A área conquistada não veio acompanhada de serviços públicos que permitissem à comunidade viver com dignidade como, por exemplo, escola, transporte público, posto de saúde e áreas de lazer. Os moradores alegavam que o poder público os deixou sem o mínimo de infra-estrutura como, por exemplo, sem energia elétrica e saneamento básico.

Diante do exposto, a dissertação tem como objetivo estudar a trajetória da formação do Movimento Baixa do Marotinho: sua gênese e implicações na transformação urbanística de Salvador, buscando compreender a sua construção, não deixando de analisar a dialética entre as condições sócio-econômicas, políticas e culturais dos agentes envolvidos e o contexto histórico em que estavam inseridos.

Ao longo da pesquisa identificamos autores que apontavam dados divergentes em torno do início da ocupação. Como o trabalho se propõe a compreender o processo em que

se deu o movimento, tentaremos explicar melhor essa diferenciação de datas e ações. Ressaltamos que o trabalho se limita a retratar o movimento do Marotinho, desde sua ocupação na baixada até a conquista dos novos lotes em Fazenda Sete de Abril. Sendo assim, não pretendemos discutir sobre as atuações da comunidade após sua consolidação, nem, tampouco, seus elementos presentes na Salvador do século XXI.

O estudo da luta pela moradia do Marotinho tenta contribuir na ampliação das perspectivas de análise da História Social de Salvador. A interpretação histórica desse movimento se dispõe a auxiliar na compreensão do processo de transformação sócio-espacial pelo qual passou a cidade de Salvador no período de 1967 a 1978, com a implantação do CIA e COPEC.

De acordo com Inaiá Carvalho e Gilberto Pereira (2006), os volumosos investimentos na infra-estrutura e no projeto industrial na capital baiana, desenharam um novo padrão de produção do espaço urbano social, composto por três vetores de expansão da cidade: a Orla Marítima Norte (destinada a classe média e alta), o “Miolo” (classe média baixa e ocupada pela classe baixa) e o Subúrbio Ferroviário, no litoral da Baía de Todos os Santos (compreendendo os setores populares da cidade). Tendo essa perspectiva em mente, não perdemos de vista que o movimento do Marotinho se inscreve num momento político em que essas divisões sócio-espaciais ainda não estavam bem definidas. Baseado nisso, a pesquisa realizada buscou compreender qual era a perspectiva da PMS em expulsar os ocupantes da área, visto que a localidade em litígio fazia parte de uma região da cidade repleta de ocupações ilegais.

Salvador vivenciou, em 1976, diversas outras ocupações além do Marotinho, mas a forma como foi conduzida a erradicação desta ocupação, que contou com o apoio de diversas entidades, contribuiu sobremodo para uma nova conjuntura político-social. O presente trabalho procurou verificar a propulsão do movimento e sua capacidade de articulação com os diferentes setores da sociedade civil.

A nossa análise histórico-social buscou demonstrar de que forma os manifestantes se organizavam, quais foram os seus anseios, suas conquistas, suas dificuldades. Foi a partir desses estudos que identificamos uma forte ligação entre o Marotinho e a formação do Trabalho Conjunto — uma aglutinação de diversas entidades de profissionais liberais e associações de bairros que desenvolveram ações objetivando liberdades democráticas e melhores condições de vida para a população.

Entendemos que o processo histórico dialético das contradições do capitalismo é que fazem emergir as lutas dos movimentos. Nesse sentido, tomamos como referencial teórico os estudos de Edward Palmer Thompson, historiador marxista que utilizou algumas contribuições de Max Weber sobre cultura e desenvolveu trabalhos que aliam análise da luta de classes ao estudo das mentalidades coletivas. Tentamos utilizar a noção de legitimidade social desenvolvida por E. P. Thompson para compreender o conflito vivenciado pelos ocupantes do Marotinho em relação ao constante dilema de praticar um ato ilícito e a necessidade de uma moradia.

O pensamento de E. P. Thompson sobre classe nos ajudou a olhar o movimento do Marotinho:

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno **histórico**. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. (1987, p. 9)

Foi a partir dessa reflexão que começamos a ver os ocupantes do Marotinho de maneiras diversas. Não os visualizamos mais como um agrupamento fechado, homogêneo e prontamente esquematizado, mas uma organização de pessoas de origens diferentes, tanto em seus aspectos sociais quanto culturais e geográficos, e que possuíam anseios, expectativas e projetos distintos, mas, ao mesmo tempo, possuíam um objetivo em comum: moradia.

Não podemos negar que quando iniciamos a pesquisa tínhamos uma visão um tanto que romântica sobre o movimento. Imagínávamos que os ocupantes possuíam objetivos mais amplos, além da moradia. Entretanto, fomos pesquisando e entrevistando os integrantes da luta e percebemos que precisávamos nos desprender do que queríamos encontrar e permitir ouvir e compreender os objetivos dos ocupantes. Essa compreensão veio no momento que passamos a olhar para os Marotinhos, para suas experiências, para suas conquistas e para seus objetivos culturais e sociais.

Foi a partir daí, que notamos que a noção de classe deve estar sempre relacionada à noção histórica. Classe não pode ser vista de uma forma estática.

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram — ou

entram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma lógica nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma lei. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares, mas nunca exatamente da mesma forma. (THOMPSON, 1987, p.10)

A classe se dá dentro de um processo histórico e está imbricada com as experiências das relações de produção, portanto, não podemos trabalhar com classe dentro de uma perspectiva estática ou em busca de uma consciência ideal. Predispomos-nos a examinar os padrões de relações, as idéias e as instituições que atuaram na história de vida das mulheres e homens do Marotinho para compreendermos a sua constituição de classe. De tal maneira que deixamos de procurar ou sobrepor ao movimento do Marotinho noções de classe tipificadas ou idealizadas, e passamos a tentar compreender suas formas de ação e os seus objetivos.

A dissertação se insere na perspectiva de tentar compreender o cotidiano, as motivações coletivas e a consciência cidadã que levaram os moradores a lutarem e prosseguirem com o movimento pela moradia em meio às possibilidades e limitações sociais, políticas, econômicas e culturais presentes no sistema capitalista.

Além desses elementos, o nosso trabalho discute também a importância de se debruçar sobre a história urbana da cidade soteropolitana. Essa análise busca compreender os projetos e as transformações urbanas que foram contemporâneas ao movimento. Entendemos que as mudanças urbanas não se dão apenas dentro da projeção e planos do Estado sobre a cidade, mas, também, se baseiam nas demandas de mercado, nas exigências das classes altas e médias e nas ações e pressões dos setores populares, dando, assim, conformidade ao desenho da cidade.

Desse modo, se por um lado a população mais carente não compõe o grupo hegemônico e, muito menos, a sociedade política⁸, por outro, cria formas e artifícios de pressão para atuarem dentro de um cenário urbano contraditório, em constante disputa de relações de forças.

Partindo desta concepção, a relação espaço/tempo argüida por Milton Santos foi de grande valia para compreendermos de que forma o espaço foi um elemento atuante dentro do movimento do Marotinho.

⁸ Entendemos **sociedade política** segundo o conceito de Gramsci, para o qual corresponde à “dominação direta ou de comando que se exprime no Estado ou governo jurídico” (In PORTELLI, 1977, p. 32).

Os movimentos da totalidade social modificando as relações entre os componentes da sociedade, alteram os processos, incitam a novas funções. Do mesmo modo, as formas geográficas se alteram ou mudam de valor; e o espaço se modifica para atender às transformações da sociedade. (SANTOS, 2007, p. 55)

As mudanças urbanas, as modificações do espaço social também contribuíram para a formação de uma sociedade soteropolitana estratificada desigual, tanto do ponto de vista social quanto espacial. A luta de classes em que o movimento do Marotinho atuou, não só representou a disputa por espaço geográfico⁹, mas também, pelo espaço urbano¹⁰, e se deu dentro de um processo histórico, de tal maneira que a luta dos Marotinhos pela moradia pode ser lida como reivindicação ao direito de ter direito ao espaço urbano.

Para termos acesso às informações sobre o Marotinho, realizamos um levantamento de todas as matérias que retrataram a ocupação desde 1974 até junho de 1976. Esse recorte se deu por identificarmos estudos que informavam a existência da ocupação já em 1974. Junho de 1976 é o período que ainda encontramos reportagens no jornais da época retratando a Baixa do Marotinho. Após essa data, só encontramos matérias discutindo os problemas enfrentados no Novo Marotinho. Os jornais consultados foram *Jornal da Bahia*, *A Tarde*, *Tribuna da Bahia* e alguns exemplares do *Diário de Notícias*. Este último, aliás, está em péssimas condições de uso e, por isso, não tivemos como fazer um melhor aproveitamento do mesmo.

Contudo, percebemos que os jornais abordavam o movimento de maneira diversa. Identificamos que alguns deles, por exemplo, *A Tarde*, no primeiro dia de tentativa de expulsão por parte da PMS, fez uma pequena nota a respeito, enquanto que o *Jornal da Bahia* e *Tribuna da Bahia* fizeram matérias de capa, conferindo uma grande cobertura ao movimento.

O jornal *A Tarde* fez um editorial discutindo as invasões, retratando-as como reflexo da pobreza, mas, ao mesmo tempo, evidenciou que essa era, também, uma ação de ladrões, concluindo que muitos conquistavam a área e, em seguida, invadiam outros lugares para depois por à venda o lote conquistado. A direção do periódico pedia ao governo para implantar políticas habitacionais, ao mesmo tempo em que solicitava o combate aos muitos “espertos” que queriam lucro fácil.

⁹ Espaço geográfico: área geograficamente limitada.

¹⁰ Espaço urbano: espaço de relações de forças delimitado a área urbana, ter ou lutar por acesso, ou melhoria, aos serviços, direitos e deveres no âmbito urbano.

Por outro lado, o *Jornal da Bahia* identificava também a necessidade de políticas habitacionais, criticava a ausência de uma política social da PMS em relação ao Marotinho e o excesso de legalismo sobre problemas sociais.

Podemos dizer que o jornal *A Tarde* adotou uma postura mais preconceituosa em relação ao Marotinho, amplificando as ilegalidades praticadas pelos ocupantes, enquanto que o *Jornal da Bahia* fez uma cobertura maior sobre o conflito privilegiando, em seus editoriais sobre as invasões, a necessidade em se implantar políticas públicas. Já o *Tribuna da Bahia* realizou uma cobertura mediana, se comparado com *A Tarde* e *Jornal da Bahia*. Como não tivemos acesso a muitos números do *Diário de Notícias*, não pudemos fazer uma comparação do mesmo com os outros periódicos.

Além da comparação entre os jornais, relacionamos as informações oferecidas por estes veículos com as fontes orais e artigos publicados na época sobre o Marotinho. Trabalhamos com estudos que citavam o conflito do Marotinho, como, por exemplo, a dissertação de Maria Raquel Mattedi (1979), Ângela Gordilho Souza (1990), o livro de Maria Victoria Gonzalez (1997), os diversos artigos publicados no CEAS, o livro de Emiliano José (2002) e materiais confeccionados por Padre Paulo Tonucci retratando a Baixa do Marotinho.

Recorremos também às fontes orais. Realizamos entrevistas com seis ocupantes da baixada que hoje moram no Novo Marotinho. Entrevistamos também Padre Renzo Rossi e Délia Boninsegna que trabalhavam na Paróquia Nossa Senhora do Guadalupe — a Baixa do Marotinho fazia parte dessa paróquia. Colhemos os depoimentos do governador à época, Roberto Santos, e do Secretário de Urbanismo e Obras Públicas em 1976, Paulo Segundo, e, por fim, entrevistamos o advogado do Movimento do Marotinho, Adelmo Oliveira.

Inicialmente, temos que relatar a dificuldade que encontramos para realizarmos entrevista com os moradores do Marotinho, pois havia grande resistência, principalmente desconfiança com as Universidades. Alguns deles, como o “seu” Alcebiades e dona Carmosina foram procurados, outras vezes, por estudantes universitários para relatar suas participações em mobilizações do Novo Marotinho. Porém, os pesquisadores nunca retornaram para apresentar o que foi produzido. Conseguimos transpor essa desconfiança por meio de muita conversa, dedicação, respeito e responsabilidade com o trabalho. Os moradores começaram a nos dar confiança e enxergar a responsabilidade no desenvolvimento da pesquisa. Mas essa estrada foi longa.

O entrevistado nos avaliava, procurava saber se realmente estávamos a par do tema. Nós tínhamos que estudar bastante a respeito do período do acontecimento, tínhamos que ter uma importante leitura dos documentos da época para, assim, acompanhar o raciocínio do entrevistado e, além disso, identificar divergências de informações entre as fontes documentais e orais, no intuito de compor um cenário mais próximo da experiência vivida pelos sujeitos ligados ao movimento.

Os livros *História Oral: desafios para o século XXI* e *Usos e Abusos da História Oral* organizados, respectivamente, por Marieta Ferreira e Tânia Fernandes (2000) e Marieta Ferreira e Janaína Amado (2006) foram de grande serventia para nos auxiliar em como proceder nas entrevistas e como trabalhá-las na dissertação. Não podemos encarar os depoimentos ou os registros escritos como fontes suficientes em si mesmos, mas procurar averiguar possíveis contradições apresentadas entre as fontes escritas e as entrevistas. Este confronto não tem como pretensão estabelecer qual é o mais verdadeiro, mas analisar os pontos de convergência e compreender os pontos díspares sobre o fato, avaliando os variados posicionamentos, os sentimentos e identificando as opiniões dos sujeitos à época do acontecimento e atualmente.

Afinal, as opiniões podem sofrer mudanças ao longo do tempo. O informante pode reavaliar certos posicionamentos que possuía por meio do acesso às informações ou análises que desconhecia, ou, até mesmo, mudar de visão perante os problemas da realidade, influenciando na sua interpretação sobre os fatos (ROSEMAN. In: FERREIRA E FERNANDES, 2000).

A memória é uma importante fonte, mas devemos atentar para as relações e às situações ou elementos relatados ou não durante a entrevista, e procurar compreender se determinadas discrepâncias ou o silêncio não são provocados pela própria memória, reflexo de autoproteção, podendo ser inconsciente, ou resultado de uma omissão intencional.

O trabalho com a fonte oral requer um conhecimento profundo sobre o tema para que durante a entrevista o pesquisador possa identificar essas variantes e tentar dirimi-las no transcorrer do depoimento. (PORTELLI. In: FERREIRA & AMADO, 1996).

Após estudar um pouco sobre os labirintos da história oral e realizar algumas entrevistas, tentamos contactar o prefeito àquele período, Jorge Hage, pelo telefone. Infelizmente, ele não quis conceder entrevista alegando estar muito ocupado com o seu trabalho e sem tempo para consultar antigos papéis para relembrar do acontecido.

Relatamos a ele que seria uma pena não podermos contar com sua versão dos fatos, que a sua entrevista poderia adicionar elementos importantes para a pesquisa e compreensão do acontecido.

Algum tempo depois, encontramos, coincidentemente, Jorge Hage, em uma sorveteria de Salvador. A vontade era novamente conversar com ele e tentar persuadi-lo para o depoimento, mas, nesse mesmo momento, começamos a nos questionar: Até onde a nossa vontade de investigar o objeto deve passar por cima da vontade do outro que não quer falar sobre um assunto? Temos que estar cientes de que a história oral é composta por pessoas que possuem idéias, desejos, esquecimentos e silêncios. Devemos saber trabalhar com esses elementos, e foi nesse encontro casual que identificamos que a recusa de Jorge Hage, ou melhor, o seu silêncio, já tinha dito muita coisa.

Ao utilizarmos a oralidade dos sujeitos envolvidos, buscamos analisar o termo “invasão”, usado pelos ocupantes e pelos integrantes da Igreja. Identificamos conceitos diferentes em torno do termo, apontando reapropriação da nomenclatura, sendo que esta objetivava situação dispare ao que a sociedade hegemônica propagava ao utilizá-lo.

Para finalizar, consultamos os Cadernos do Centro de Ação Social – CEAS, os arquivos da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado (CONDER)¹¹ e os arquivos da Prefeitura Municipal de Salvador. Consultamos ainda o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador – PLANDURB (1976), o Plano Diretor do Distrito Industrial Urbano do Município do Salvador – DINURB, da Secretaria da Indústria e Comércio do Estado da Bahia. Tivemos acesso a alguns documentos produzidos pelo Instituto de Arquitetos do Brasil – Seção Bahia. Todas essas fontes foram trabalhadas em conjunção com as outras já citadas, na perspectiva de investigar as convergências e as divergências de informações para, assim, tentar compreender o processo de formação do conflito, organização e articulação do Movimento Marotinho.

Como os movimentos de luta pela moradia e as políticas públicas habitacionais se mostram como temáticas atuais, sendo, recorrentemente, retratadas pelo governo e pela mídia, consideramos oportuno refletir de que forma os problemas urbanos habitacionais em Salvador vem sendo enfrentados. A conformação sócio espacial desta cidade, o processo de organização e as motivações das pessoas que compõem o movimento de luta pela moradia, são assuntos que devem ser bem analisados. É dentro desta perspectiva que o

¹¹ CONDER - órgão, instituído em 1973, responsável pela construção de projetos de investimentos econômico e social na Região Metropolitana de Salvador.

estudo sobre o Movimento do Marotinho se propõe a contribuir no conhecimento da cidade do Salvador.

No primeiro capítulo discutimos os projetos e transformações urbanas na cidade de Salvador, apontando para o surgimento de diversas ocupações e o procedimento dos governos com estas no período do regime militar, até o final dos anos 70 do século passado. Além disso, analisamos como se iniciou e como decorreu o conflito entre a Prefeitura Municipal de Salvador com os ocupantes da Baixa do Marotinho, investigando, também, a atuação do Governo do Estado em meio a esse impasse político.

No segundo capítulo, realizamos, inicialmente, um debate sobre a importância da análise cultural juntamente com a socioeconômica. Após isso, retratamos o local, Baixa do Marotinho, e discutimos as condições socioeconômicas da comunidade ocupante. Depois dessa análise, debatemos como Salvador foi sendo ocupada, desde o início do século XX, até o final da década de 1970, momento em que os movimentos de luta pela moradia desenvolveram grande força política na cidade. Ao longo desse debate, discorreremos sobre a legitimidade social do Marotinho na invasão, como os ocupantes chegaram e se instalaram na baixada, bem como se organizaram no confronto com a PMS.

No terceiro e último capítulo fizemos uma análise sobre o uso do termo invasão pelos ocupantes e membros da Igreja Católica dentro do movimento. Investigamos, também, como se procedia a participação e atuação da Igreja na ocupação e na mediação entre o Marotinho e alguns integrantes de partidos políticos de esquerda. Finalizamos o capítulo discutindo se os lotes oferecidos pelo Governo do Estado foram uma concessão do poder público ou uma conquista do Movimento Marotinho.

Em suma, a dissertação propõe um debate sobre o Movimento do Marotinho, desde sua ocupação na baixada até a conquista dos lotes. Entendemos que tal movimento se tornou um marco histórico-espacial da luta pela moradia entre os moradores do bairro, contribuindo, assim, para a formação do que viria a ser denominado de o “Novo Marotinho”.

CAPÍTULO I

MODERNIZAÇÃO VERSUS INVASÃO: O IMPASSE DO PODER MUNICIPAL

O presente capítulo pretende discutir o espaço da cidade de Salvador, o processo de modernização, os projetos político-urbanos para a capital baiana até a década de 1970 e analisar o confronto da Prefeitura Municipal de Salvador com o Movimento Marotinho. A cidade de Salvador vivenciou intensas modificações sociais, econômicas, culturais e urbanas nos anos de 1970. Todos esses fatores interagiram entre si, sendo que cada um desses possuía uma forma e intensidade de processamento diferente que influenciou nas mudanças do todo nos aspectos tanto qualitativo quanto quantitativo (SANTOS, 2007, p.57).

No que diz respeito à noção de espaço, utilizamos o conceito definido por Milton Santos, segundo o qual:

O espaço não pode ser estudado como se os objetos materiais que formam a paisagem trouxessem neles mesmos sua própria explicação (...). A sociedade é atual, mas a paisagem, pelas suas formas, é composta de atualidades de hoje e do passado... O espaço construído que daí resulta é variegado. Formas de idades diferentes com finalidades e funções múltiplas são organizadas e dispostas de múltiplas maneiras. Cada movimento da sociedade lhes atribui um novo papel. (2007, pp.58 e 60)

Poderíamos nos questionar: o que nos importa estudar o espaço, visto que “a História é o estudo do homem no tempo”¹²? Como afirma Milton Santos, o homem também é espaço preenchido com o próprio corpo, e está no espaço e produz espaço (apud BARROS, 2006, p.475). Portanto, para estudar o homem no tempo não basta somente se debruçar sobre suas idéias e ações, mas, também, sobre o espaço onde ele se encontra e o espaço que ele produz. O espaço é um agente, pois o homem só constrói diferentes significados e funções ao espaço fazendo parte dele e com tudo que também o compõe.

Os significados e funções são construídos de acordo com cada espaço, ou seja, os fatores geográficos, físicos e climáticos em conjunção com a ação do homem agem de forma específica para cada espaço. Dito isto, nos propomos a estudar o homem, o tempo e

¹² BLOCH, Marc. Apologia da História. Citado por BARROS, José d’Assunção no artigo “História, Espaço e Tempo interações necessárias”, 2006.

o espaço como agentes do processo histórico em Salvador entre 1974 e 1976, mais especificamente, o Movimento do Marotinho.

Por que estudar as conjunções histórico-sociais da cidade de Salvador? Primeiramente porque entendemos que elas têm contribuído para a definição da paisagem da capital baiana, bem como pelo fato de percebermos que nesta cidade houve uma concentração de projetos políticos, econômicos e urbanos do Estado, em que se destaca um alto índice de migração no Estado baiano. Estes elementos nos motivaram a tentar compreender a conformação da paisagem de Salvador. Além disso, temos aspectos administrativos que denunciam a complexidade existente na capital. A mesma se distingue, também, por seus hábitos culturais, pela constituição e ação dos seus habitantes, pelo seu espaço geográfico e pela sua importância econômica no Brasil.

Convergindo todos esses pontos, temos um território repleto de conflitos sociais e político-urbanos que se desdobraram numa re-significação do espaço urbano, nos permitindo, desse modo, a compreensão do processo, cada vez mais acentuado, de acumulação de capital por meio da propriedade do solo urbano.

Antes de analisarmos sobre o período “milagreiro” que pairou na Bahia, seria interessante retratarmos sucintamente o tempo que o antecede. Diversos estudos apontam que, desde o final do século XIX, a Bahia se encontrava em decadência, isolada das grandes correntes comerciais e das transformações sócio-econômicas que atingiam outras regiões do Brasil. Estudiosos¹³ da primeira metade do século XX caracterizavam tal situação como “enigma baiano”.

Thales de Azevedo, Rômulo Almeida e Clemente Mariani, envolvidos com a visão dos tempos áureos que a Bahia teria vivenciado no período imperial, tanto no âmbito político quanto no econômico, argumentavam que esse “enigma” tinha como causas: a influência materna na constituição das famílias irregulares; o escasso espírito empresário-industrial dos homens envolvidos em atividades mercantis; a contra polarização das lavouras de exportação em relação às indústrias; a pequena absorção das poupanças (quando elas existiam); e, inúmeros outros pequenos motivos (AGUIAR, 1977, p. 125). Segundo Nelson Oliveira, o conceito “enigma baiano” seria:

A rigor, um não conceito utilizado para conceituar aquilo que, pelo visto, não podia mesmo ser conceituado. Pois, em princípio, a questão maior mesmo era não revelar, ainda que houvesse um intuito de abrir uma possibilidade (...). O ‘enigma baiano’, como qualquer outro, se centrava no não esclarecimento de

¹³ Ver em artigo de Aguiar (1977).

fatos gritantes (...) uma vez que, não havendo explicações, desapareciam também quaisquer motivações para mudanças profundas no modo de ser histórico, ou deslocamentos definitivos nas relações internas entre as classes. (2000, p. 12)

Podemos concluir, portanto, que o “enigma” seria um mascaramento de uma grande concentração de riqueza, de uma sociedade fortemente estratificada, com divisões sociais embasadas na lógica aristocrática e de uma economia essencialmente agrária. O “enigma” é a justificativa, sem resposta, para a estagnação, ou melhor, é o não desvendar o porquê do não desenvolvimento econômico e social baiano em comparação aos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Desde o século XIX a elite brasileira vinha debatendo a respeito da modernização urbana que estava sendo aplicada à Europa e a necessidade de inserir o Brasil na esteira do progresso mundial. Jornais de época, a exemplo do *A Tarde, Diário de Notícias* dão conta de que, no país, havia uma preocupação, por parte de segmentos sociais mais abastados, em modernizar os espaços públicos, principalmente entre as capitais.

Com a instauração da República, a discussão de que era preciso mudar o espaço público, o modo de vida e a mentalidade do Brasil, acentuou-se. A partir daí, foram aplicadas ações modernizadoras¹⁴ no Rio de Janeiro, e que serviram de parâmetro para o restante do Brasil (Chalhoub, 1996). A Bahia não passou imune em torno desse debate. Exemplo disso foi a reforma urbana iniciada por J. J. Seabra.¹⁵

A modernização debatida e implantada na capital brasileira e nas outras capitais era a tentativa de negar ou expurgar os hábitos e costumes dos setores mais pobres. Entendemos que o projeto urbanista aplicado ao Rio de Janeiro tentou expulsar a população mais carente do centro da capital. Tal prática não foi diferente em Salvador. Os ideais de modernização e civilidade não ficaram paralisados no tempo, eles foram sendo revistos e remodelados ao longo do século XX.

Entre os anos de 1920 e 1950, diversas políticas modernizantes do Estado baiano foram sendo implantadas como, por exemplo, as transformações administrativas

¹⁴ As ações modernizadoras aplicadas no Rio de Janeiro tiveram como referencial a Europa, mais precisamente, as cidades de Berlim e Paris. Essas ações representavam os ideais de civilidade e modernidade que a elite brasileira exaltava e tentava copiar.

¹⁵ A reforma urbana realizada no governo de José Joaquim Seabra foi o alargamento da principal avenida do centro da cidade, Avenida Sete de Setembro. Esse alargamento significou desapropriação de diversos casarões e a retirada de várias famílias do centro da cidade. O alargamento da avenida foi início de diversas outras transformações urbanas que se realizaram ao longo das décadas de 1920 e 1930.

encampadas por Juracy Magalhães¹⁶. Esses discursos e ações estavam sob o comando da classe dominante provocando mudanças sem transformar a estrutura social. Como afirma Paulo Fábio Dantas Neto:

(...) a estratégia do conservantismo moderno baiano andou a deriva até encontrar, na sintonia com a modernização conservadora do regime militar, motivos, modos e meios de usar a ruptura política nacional para mudar, sem ruptura, a cena regional. (2006, p. 279).

As modernizações implantadas na Bahia durante os primeiros cinquenta anos do século XX foram tímidas, pois somente a partir da ditadura militar que ela adentrou aos moldes do capital em expansão. Ao final dos anos de 1960 foi construído o Centro Industrial de Aratu, setor de metal-mecânica, e, ao longo da década de 1970, foi implantado o Complexo Petroquímico de Camaçari. Os projetos industriais consolidados na RMS tinham como objetivo produzir bens intermediários que atendessem ao mercado nacional e internacional.

Tal política visava diminuir o capital investido, visto que o centro de controle de consumo era independente do mercado local, dependendo da capacidade de atração de capitais externos para garantir o seu desenvolvimento e reprodução. Dito de outra forma, era necessário produzir produtos com custo mais baratos, independentes das altas e baixas do centro do mercado consumidor para que aumentasse a possibilidade de lucro das empresas investidoras. Não podemos deixar de salientar que a construção da Refinaria Landulpho Alves, já anos de 1950, teve um papel preponderante para a integração da Bahia na dinâmica econômica industrial nacional. (ANDRADE, 2000; ALMEIDA. In: CARVALHO e PEREIRA, 2006 p.24)

Agora, por que as modernizações industriais e econômicas baianas só vieram a se consolidar na ditadura militar? Temos que destacar que a elite nacional juntamente com as Forças Armadas tinha o intuito de:

recolocar a economia do país nos trilhos do crescimento e integração ao mercado mundial, sem os constrangimentos trazidos pela vigência de um estado de direito em contexto vulnerável à (re)ascensão de atores políticos nacionalistas e movimentos ligados a grupos sociais subalternos. (DANTAS NETO, p.252, 2006)

¹⁶ De acordo com Paulo Fábio Dantas Neto (2006), Juracy Magalhães fez modificações administrativas na máquina estatal, se contrapondo à tradição patrimonialista que se caracterizava politicamente como clientelista, além de ser fortemente aristocrática.

Diante disso, não podemos negar que ocorreu uma confluência de interesses entre a elite nacional, as Forças Armadas e a elite baiana no processo de inserção do Brasil no eixo do mercado mundial, e que elas contribuíram para a manutenção da estrutura política e social. A opção política dos grupos sociais dominantes baianos em apoiar o golpe militar significou uma situação relacional, em que, à medida que o poder regional satisfazia os interesses do executivo, este, por sua vez, contribuía de diversas maneiras à manutenção da ordem socioeconômica e política local, integrando o estado e o país no sistema mundial de economia.

Os adeptos da modernização na Bahia, pretendiam conduzir a máquina estatal atrelando as ações desta aos seus interesses particulares. O Estado passou a atuar respondendo aos interesses da elite baiana como, também, à orientação da economia mundial. De acordo com Milton Santos, “o próprio Estado torna-se internacionalizado, não apenas por suas funções externas, mas também por suas funções internas, como a de assegurar as condições do crescimento econômico em nível mundial” (2007, p. 17).

A modernização empreendida pelo Estado foi o enquadramento do Brasil no modelo de desenvolvimento da economia mundial. A economia mundializada exigiu modificações que provocaram deformações tanto nas relações externas quanto na estrutura interna, ampliando a exploração dos recursos naturais, da estrutura de produção, da estrutura do consumo e da estrutura de classes.

Para os países subdesenvolvidos, o resultado é claro: produção sem relação com as necessidades reais; exportações e importações nocivas à economia nacional; superutilização dos recursos sociais em homens e em matérias-primas, em benefício das grandes firmas mundiais; subutilização da força de trabalho e dos recursos efetivamente indispensáveis à sobrevivência. No plano do Estado, endividamento crescente, distorção na destinação dos recursos, proteção, tornada indispensável, às atividades que sustentam o “crescimento” e o comércio exterior, com o conseqüente empobrecimento do Estado. No plano social, agravamento do não-emprego, da pobreza, das condições de habitat, educação, saúde e alimentação. Empobrecimento relativo e absoluto. (SANTOS, 2007, p. 20)

O discurso e as políticas modernizadoras foram se perfilando desde o final do século XIX e se consolidaram a partir de 1960. A modernização de Salvador, já com um caráter de globalização, exigiu uma nova organização do espaço. Para Milton Santos, essa universalização não foi apenas uma economia moderna mundializada, mas a mundialização da ciência, da pesquisa, da tecnologia, dos hábitos culturais, da disputa ideológica e do próprio espaço, enquanto uma instância atuante onde tudo se sucede.

A nova estrutura de acumulação da economia mundial, segundo Santos “agrava as disparidades tecnológicas e organizacionais entre lugares e acelera o processo de concentração econômica e geográfica (...) porquanto a organização do espaço não é indiferente à ‘qualidade’ do capital instalado nos diferentes pontos do espaço”. (SANTOS, 2007, p. 23).

Diante dessa nova política que vinha se impondo, aprofundando a desigualdade social, econômica e espacial, Salvador foi sendo desenhada por uma nova ordem ditada pelas ações e projetos tanto dos sem moradia, quanto do Estado e mercado imobiliário. A partir da década de 1960, a modernização da capital baiana promoveu a expansão do sistema viário, incorporando novas áreas, e a construção de conjuntos habitacionais feitos pelo Estado através do BNH¹⁷ – Banco Nacional de Habitação.

Segundo Mattedi (1979), o BNH foi criado com o objetivo principal de atender as necessidades habitacionais da população de menor poder aquisitivo. À medida que o BNH foi atuando no mercado popular¹⁸, notou-se um alto índice de inadimplentes, o que provocou uma retração em investimento no setor, já que a perspectiva era o retorno do capital investido. Tal situação fez com que o critério de seleção para os mutuários fosse a capacidade de pagamento em dia, engendrando um maior investimento no Mercado Médio.¹⁹

Os investimentos do Estado no padrão habitacional e no setor industrial da RMS provocaram uma dinamização no mercado imobiliário da capital baiana, mas, antes disso, cabe aqui uma pequena discussão sobre a questão da moradia para, em seguida, adentrarmos no processo de formação do mercado imobiliário na capital baiana.

A condição social tende a determinar a distribuição e segregação espacial da população, refletindo-se, no limite, em sua qualidade de vida. Lúcio Kowarick (1979), em seu trabalho sobre a cidade de São Paulo — *A Espoliação Urbana* — faz o histórico da questão da moradia a partir das vilas operárias, expondo que o fornecimento de moradia pela própria empresa, até os anos de 1930, era uma forma encontrada pelas indústrias de

¹⁷ Banco Nacional de Habitação foi criado pela Lei Federal de N° 4380, de 21 de agosto de 1964. Os recursos financeiros para sua atuação se davam através do SFH – Sistema Financeiro da Habitação - que captava as poupanças para implantação do PNH - Plano Nacional de Habitação.

¹⁸ O BNH dividiu-se em três faixas econômicas: Mercado Popular – para população de 1 a 3 salários mínimos; Mercado Econômico – para população entre 3 a 6 salários mínimos; Mercado Médio – para população com renda superior a 6 salários mínimos.

¹⁹ Uma análise mais minuciosa sobre o alto número de inadimplentes entre o setor mais pobre e o alto investimento do BNH no Mercado Médio se encontra no trabalho de Raquel Mattedi (1979), e que muito contribuiu para a compreensão da ocorrência de invasões em Salvador.

garantir operários especializados, uma vez que não havia muitos deles disponíveis no mercado de trabalho.

Comenta ainda que esse processo foi se modificando com o aumento do número de trabalhadores e com a valorização dos terrenos próximos às empresas. O custo de moradia e o transporte foram transferidos para o trabalhador. As vilas operárias começaram a se transformar, a questão da moradia passou a ser resolvida pelas relações econômicas no mercado imobiliário, e “(...) a partir de então surge no cenário urbano a ‘periferia’: aglomerados distantes dos centros, clandestinos ou não, carentes de infra-estrutura, onde passa a residir crescente quantidade de mão-de-obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica.” (KOWARICK, 1979, p. 31).

As vilas operárias, durante certo tempo, tiveram uma importância muito grande na cidade de São Paulo. No que diz respeito à cidade de Salvador, o número de vilas não foi tão grande, e estas parecem não ter marcado profundamente a história dessa cidade²⁰. Entretanto, a capital baiana, a exemplo de São Paulo (a partir dos anos de 1940), passou a apresentar uma maior valorização do solo urbano e a periferização²¹ da cidade.

1.1 Salvador e sua divisão sócioespacial

Sobre o processo de formação do mercado imobiliário soteropolitano, é interessante compreendermos a estrutura fundiária de Salvador até a aprovação da Lei Municipal nº 2.181, em 23 de dezembro de 1968. Para isso precisamos ter uma noção de como funcionava o processo de apropriação de terras e repasse desta na cidade. Isso passa pelo entendimento do que seja *enfiteuse*:

(...) instrumento jurídico de parcelamento da terra, instituído no Brasil no período colonial, consiste no direito real por parte do enfiteuta de cultivar e utilizar amplamente, em perpétuo, o imóvel alheio (domínio útil), mediante uma

²⁰ Para uma compreensão melhor e mais elaborada sobre a constituição de Vilas Operárias na cidade de Salvador vale consultar a dissertação de Mariléia Santos (2000). Ela faz uma análise sobre a formação da Vila Operária da fábrica de tecidos Companhia Empório Industrial do Norte no final do século XIX.

²¹ Periferização faz parte do processo de expansão urbana; apresenta um crescimento horizontal da cidade além do vertical. A área da periferia, além de ser distante dos centros comerciais e administrativos da cidade, apresenta, na maioria das vezes, uma concentração da população de baixa renda, carente de infra-estrutura básica para o seu desenvolvimento. O alto número de pessoas mais pobres na periferia é decorrente também do baixo valor imobiliário que essas áreas têm. (FERNANDES, 1993)

pensão, sem contudo destruir-lhe a substância (domínio pleno ou direto) que permanece com o titular. (GORDILHO SOUZA, 1990, p. 17)

Essa lei de divisão do solo da cidade do Salvador concentrava a propriedade da terra sob jugo de poucos grandes proprietários, sobretudo a Igreja, o Poder Público e alguns particulares. De acordo com Brandão (1978), o período de expansão urbana lenta, ocorreu do final do século XIX em meados da década de 1940 — onde ocorreram as ocupações espontâneas²², isoladas e espaçadas sob um clima de relativa tolerância por parte dos proprietários e do poder público — e corresponde a primeira fase de adensamento das necessidades de novos espaços.

Maria Brandão (1978) e Maria Raquel Mattedi (1979) vinculam o processo das invasões com as etapas de urbanização da capital baiana, identificando momentos distintos e formas variadas destas. Elas argumentam que as primeiras grandes invasões que se sucederam de 1946 a 1949 como, por exemplo, o movimento do *Corta-Braço*, *Massaranduba* e *Vila Rui Barbosa*, se consolidaram com a desapropriação efetivada pelo poder público. Além disto, contribuíram para atender, numa primeira instância, ao déficit habitacional mais explícito, postergando, por algum tempo, os movimentos de conquista pela moradia.

Brandão afirma que as primeiras invasões foram importantes para cidade, já que abriram novas fronteiras de expansão, pressionando para construção de novas vias e redes de infra-estrutura. Ela aponta que após esse momento de relativa letargia sobre as ocupações, se iniciou uma nova fase do processo de expansão do espaço urbano soteropolitano. Essa segunda etapa é caracterizada por uma maior intervenção do Estado no uso do solo, em razão das seguintes iniciativas: cadastramento das terras públicas municipais; algumas medidas na expansão do sistema viário; maior combate às invasões. Entretanto, tais ações não resultaram no investimento em políticas habitacionais que viessem a satisfazer as necessidades de segmentos menos abastados desta cidade.

Segundo Ângela Gordilho Souza (1990), essas ações do Estado, nesse período, demonstram o processo de adaptação à nova dinâmica capitalista que o Brasil experimentava. Além do Estado, entraram em cena os setores médios, que passaram a contracenar na disputa por habitação devido aos altos custos dos aluguéis. Diante de um

²² Ocupação espontânea, segundo Erivaldo Neves (1985), ocupações por famílias que construíram suas casas sem o conhecimento ou com a indiferença dos proprietários que, muitas vezes, pretendiam ver valorizados os seus terrenos com o povoamento.

mercado em potencial, devido ao aumento pela procura por habitação e o combate às moradias ilegais, estes elementos foram catalisadores para a expansão e demarcação do espaço soteropolitano, baseado na diferenciação socioeconômica.

O combate às ocupações ilegais estava em ação desde o início da década de 1950, mas foi com a deflagração do regime militar que a repressão às invasões se intensificou. Entretanto temos que destacar que, apesar do aumento da repressão às ocupações, estas não deixaram de crescer e nem tampouco o Estado pôde reprimir ou tentar extinguir todas que surgiam, já que o impacto político e a ausência de estratégias efetivas para a habitação poderiam causar um desgaste desnecessário ao regime militar. Segundo o comentário de Paulo Fábio Dantas Neto (2006, p.324), a ditadura não promoveu a solução das invasões, mas a retirada destas das áreas estratégicas à expansão capitalista da cidade²³. Apesar de ser um período de regime militar, a repressão não podia ser uma solução duradoura.

Antonio Carlos Magalhães (ACM), na condição de prefeito de Salvador, deu abertura para atuação das linhas de créditos imobiliários do Sistema Financeiro de Habitação — promovida pelo governo federal —, competindo ao poder municipal a realização de obras viárias, incorporando as áreas de vale na expansão da cidade. Além disto, ACM revogou o regime de aforamento de grandes áreas públicas.

A Lei 2.181/1968, denominada Reforma Urbana, foi enviada à Câmara pelo então prefeito Antonio Carlos Magalhães, que alegando a constituição de verdadeiros latifúndios improdutivos, através da enfiteutificação de grande parte das terras públicas, propunha vender o domínio direto das terras foreiras e a propriedade plena das terras rendeiras do patrimônio municipal, ocupadas por terceiros, com fins de obtenção de recursos para: implantação do sistema viário previsto pelo EPUCS, construção de casas populares para os servidores municipais e implantação de lotes agrícolas. (Gordilho Souza, 1990, p. 58)

Para Ângela Gordilho Souza (1990) as vendas das terras públicas foram realizadas por um preço abaixo do previsto no mercado imobiliário, e a arrecadação não foi suficiente para a expansão do sistema viário e implantação dos programas habitacionais. Enfim, os propósitos que justificavam a lei de Reforma Urbana não foram alcançados.

A instauração da Reforma Urbana significou a retirada da posse das terras das mãos de foreiros ou posseiros não-capitalizados, permitindo a associação entre capital e propriedade do solo. Perguntamos: por que a enfiteuse se tornou um empecilho nesse processo de associação? Um dos motivos foi a indivisibilidade do aforamento sem o

²³ O exemplo que possuímos são as expulsões de ocupações em vários pontos da orla marítima como, por exemplo, Bico de Ferro na Pituba, Ondina, Boca do Rio e Bolandeira.

consentimento direto do senhorio e a perpetuidade do aforamento, que só poderia ser quebrada por morte do foreiro sem herdeiros ou sua inadimplência no foro, revertendo o domínio útil para o senhorio.

Tais regras emperravam o processo de valorização e comercialização do solo e das benfeitorias realizadas nele, pois a terra se tornou um componente de um capital imobiliário associado a uma indústria de construção. Assim a Lei de Reforma Urbana foi:

(...) a afinação da estratégia política do poder municipal pelo diapasão da simbiose entre interesses fundiários urbanos e processos mais gerais de acumulação capitalista, pelos quais grupos econômico-financeiros situados bem além dos limites do especificamente urbano associam valorização do solo a valorização do capital em geral. (DANTAS NETO, 2006, p. 321)

Nesse processo de modificação do padrão de uso do solo, o que mais importava era associar a valorização do solo com a valorização do capital. Para isso havia um local destinado para cada grupo social no espaço urbano incorporado ao capital. Segundo Brandão (1978), a lei de Reforma Urbana seria o início da terceira e última fase do processo de conversão do solo soteropolitano nos moldes capitalista.

A construção civil e o mercado imobiliário foram ganhando destaque e maior poder político na conquista de novos territórios para acúmulo de capital.

A especulação imobiliária deriva, em última análise, da conjugação de dois movimentos convergentes: a superposição de um sítio social ao sítio natural e a disputa entre atividades ou pessoas por dada localização. A especulação se alimenta dessa dinâmica, que inclui expectativas. Criam-se sítios sociais uma vez que o funcionamento da sociedade urbana transforma seletivamente os lugares, afeiçoando-os às suas exigências funcionais. É assim que certos pontos se tornam mais acessíveis, certas artérias mais atrativas e, também, uns e outras, mais valorizados. (SANTOS, p. 96, 1994)

Milton Santos relata que os sítios sociais são criados para atender à funcionalidade da sociedade urbana, definidas, em sua grande maioria, pelo poder público. Dentro da dinâmica da especulação imobiliária, os imóveis e empreendimentos particulares que se encontravam dentro da área diametral da nova funcionalidade, sofreram valorização de mercado. De acordo com essa interpretação, a Prefeitura Municipal de Salvador abriu as portas para o mercado imobiliário por meio de obras, algumas delas encampadas também pelo Governo Estadual e Federal, com a finalidade de acelerar o processo de modernização da cidade, contribuindo, assim, para a definição de áreas valorosas para o mercado imobiliário.

Os compradores das terras municipais, antigos foreiros, permaneceram como tais num período muito curto, vendendo as terras a preços muito inferiores, se relacionado ao potencial de valorização ocasionado pelos empreendimentos investidos pelo Estado. As empresas imobiliárias e as construtoras civis²⁴ adquiriram esses imóveis deixando-os em processo de “engorda”, ressaltando que o solo pode adquirir, ao longo do tempo, valores que tanto podem diminuir quanto aumentar, dependendo das circunstâncias, principalmente geográficas e sociais que se desenham em torno e sobre o mesmo. Desta forma, o solo urbano se apresenta como importante instrumento de acúmulo de capital e, portanto, como promessa de lucro devido à existência de demanda crescente. Quem não tinha poder de compra estava excluído do processo. Neste sentido, a moradia passou a ser um privilégio.

Mattedi (1979) argumenta que a Prefeitura Municipal do Salvador perdeu a direção do processo de urbanização da cidade, após a aprovação da Lei nº 2.181/68. A partir de então, segundo a autora, esse processo passa a ser dirigido unicamente pelos interesses do capital. Sabemos que a Lei de Reforma Urbana beneficiou, e muito, o mercado imobiliário, mas afirmar que o processo de urbanização, após isso, foi unicamente dirigido por este, é negar os conflitos e as conquistas de diversos movimentos de luta pela moradia. Devemos, inclusive, rever essa avaliação de que o Estado detinha a direção da urbanização sotropolitana, visto que a cidade já apresentava diversas ocupações ilícitas em diferentes pontos da cidade, antes mesmo da aprovação da lei.

Diante disso podemos inferir que o processo de urbanização foi sendo desenhado pela constante disputa entre as ocupações ilícitas, o mercado imobiliário e as ações do Estado, que tinha como propósito moldar a cidade ao capital universal. As ações do Estado em adequar politicamente Salvador na lógica de mercado, as realizações na infra-estrutura e no projeto industrial, juntamente com os investimentos particulares complementares, delinearão a conformação de um novo padrão de produção do espaço urbano.

Milton Santos (2007) observa que a adequação à economia moderna mundializada gera deformações na estrutura de produção, de consumo, de classe e isso tudo se reflete sobre o homem, sobre o espaço e sobre a relação espaço-homem. O novo padrão de

²⁴ Para maior estudo sobre a expansão da construção civil na Bahia verificar dois estudos citados por Paulo Fábio Dantas Neto (2006). O primeiro, realizado pela Secretaria de Planejamento e Tecnologia (SEPLANTEC), faz uma análise sobre a indústria da construção civil na RMS. O segundo, resultado do convênio entre o sindicato das empresas de construção civil (SICCS) com o BNH, faz um diagnóstico do setor, a nível estadual.

produção do espaço urbano engendrado pela lógica da modernização da capital baiana se configurou a partir de três vetores: a Orla Marítima Norte, o “Miolo” e o Subúrbio Ferroviário.

A noção de vetores foi apresentada pelo Plano de Desenvolvimento Urbano de Salvador – PLANDURB (1978). Carvalho e Pereira (2006) nos apresentam a divisão sócio-espacial da Salvador moderna fazendo um apanhado histórico do desenvolvimento desses vetores.

O primeiro constitui a ‘área nobre’ da cidade, local de moradia, serviços e lazer, onde se concentram a riqueza, os investimentos públicos, os equipamentos urbanos e os interesses da produção imobiliária. O segundo, localizado no centro geográfico do município, começou a ser ocupado pela implantação de conjuntos residenciais para a ‘classe média baixa’ na fase áurea da produção imobiliária, através do Sistema Financeiro de Habitação, tendo a sua expansão continuada por loteamentos populares e sucessivas invasões coletivas, com uma disponibilidade de equipamentos e serviços bastante restrita. Finalmente, o Subúrbio Ferroviário teve sua ocupação impulsionada inicialmente pela implantação da linha férrea, em 1860, constituindo, a partir da década de 1940, a localização de muitos loteamentos populares, que foram ocupados nas décadas seguintes sem o devido controle urbanístico, com suas áreas livres também invadidas. Transformou-se em uma das áreas mais carentes e problemáticas da cidade, concentrando uma população extremamente pobre e sendo marcada pela precariedade habitacional, pelas deficiências de infra-estrutura e serviços básicos (...) (CARVALHO e PEREIRA, 2006, p. 88)

A conformação do espaço urbano soteropolitano não saiu incólume à reação dos grupos sociais de baixa renda que foram excluídos do processo de ocupação do solo. Reflexo disso foram as “invasões” que se sucederam, mesmo com a ação do Estado, difundindo a imagem de que a modernização era algo que deveria acontecer, pouco importando quais obstáculos deveriam ser extintos. Ressalte-se ainda que a conformação do espaço urbano se deu ao longo de um processo que foi se delineando em meados da década de 1970 até os anos 90 do século XX. Essa conformação espacial ainda não estava consolidada no período do conflito do Marotinho.

O processo de exclusão de ocupação do solo, por conseguinte, trouxe à tona novos personagens que disputaram, “na marra”, as tais benesses da modernidade, chamados de “invasores” urbanos. Para se contrapor a estes, surgiram os “missionários”²⁵ do moderno. A ação destes, algumas vezes violenta e anti-populista, era justificada como uma medida

²⁵ Nelson Oliveira (2000) expõe alguns governantes, como ACM e Jorge Hage, como “missionários”, pois para o autor estes administradores interpretavam sua ação política na cidade como uma missão necessária para colocar a capital na rota do desenvolvimento econômico do país. E para efetivar tal política, eles enfrentariam conflitos. Esses políticos propagavam a imagem de que detinham o caminho a ser trilhado pela sociedade soteropolitana.

necessária, uma ação em prol de um bem maior que seria a modernização urbana (OLIVEIRA, 2000).

Apesar da repressão aos chamados empecilhos contrários à rota do desenvolvimento da Bahia, estes não deixavam de existir. É com base nisso que podemos afirmar que a transformação urbana não foi um movimento imposto de cima para baixo, pois os movimentos sociais, organizados ou não, existiram, resistiram, persistiram e contribuíram para a conformação da paisagem da atual Salvador. A partir de agora, iremos discutir a ação da Prefeitura Municipal de Salvador sobre algumas ocupações e, depois, nos concentraremos na ocupação Baixa do Marotinho.

As ocupações desordenadas e espontâneas passaram a ser ameaçadoras para o patrimônio particular e público, localizados nas áreas valorizadas, sendo incompatível no plano especulativo com o novo padrão de acumulação capitalista do uso do solo. Para Mattedi (1979), o controle por parte do Estado sobre as invasões era rigoroso durante o regime militar, mas estas ações não deixavam de apresentar características contraditórias e ambíguas.

A atuação contraditória do Poder Municipal pode ser notada através do discurso e ação concreta perante as ocupações. Os discursos dos agentes ou representantes municipais eram extremamente repressivos ao crescimento e/ou surgimento de novas invasões. Entretanto, a erradicação das áreas invadidas não podia ser completa, pois implicaria em um desgaste político para a administração local. Diante de um quadro em que havia, por um lado, poucas alternativas de moradia popular, e, por outro, a repressão estatal, a população desfavorecida tinha que encontrar meios de se contrapor a este cenário, já que se tratava de uma necessidade de sobrevivência (MATTEDI, 1979, pp.172-176).

A ambigüidade da ação do Estado perpassava no seguinte:

(...) a solução tem sido desestimular o crescimento e o surgimento de novas “invasões”, através de uma modalidade de repressão menos radical e organizada sem, contudo, deixar de ser violenta. A atitude repressiva não se anula, mas a forma como ocorre não chega a implicar na erradicação completa das “invasões” já estabelecidas nem tampouco no não surgimento de novas. (MATTEDI, 1979, p.176)

Nesse quadro de repressão, as que ocorreram durante a administração municipal de Antonio Carlos Magalhães destoaram do cenário em geral, cabendo aqui uma breve avaliação da ação de ACM sobre as moradias ilícitas de *Ondina*, *Bico de Ferro* e *Boca do Rio*. O discurso de erradicação das invasões, disseminado por ACM e apresentado antes

mesmo da sua posse, se concretizou com a expulsão dos moradores da ocupação *Bico de Ferro*²⁶, localizada na orla marítima que, devido às intervenções do poder público, desde os anos 1950, vinha se transformando numa área nobre. Portanto, uma área muito valorizada e cobiçada pelo mercado imobiliário, para ser “manchada” por invasores que poriam em risco a valorização imobiliária do bairro.

O prefeito justificava a sua ação rígida e radical, se baseando no argumento de que, além de ser uma ação ilegal, tratava-se de ocupantes que possuíam condições de ter acesso a uma moradia (DANTAS NETO, 2006). Outros dois casos marcantes na história da cidade foram as expulsões de *Ondina* e *Boca do Rio*. A remoção se deu com a mesma determinação e com a mesma justificativa — se tratava, mais uma vez, de invasores provenientes da classe média. Segundo Dantas Neto (2006), os jornais da época apontavam que a conduta do prefeito repercutia de forma positiva, uma vez que ele foi identificado como defensor do bem público. Paulo Fábio Dantas Neto ainda analisa que a administração municipal de ACM se refletia da seguinte forma:

(...) a inflexibilidade despótica do prefeito era aqui instrumental, isto é, servia ao objetivo de remover eventuais obstáculos à realização de sua obra administrativa, parte relevante do capital político com que se proporia mais tarde a comandar a política e o governo baianos. (DANTAS NETO, 2006, p. 306)

No exercício de um autoritarismo violento e repressor, ACM tinha a preocupação em produzir uma imagem de defensor do bem público, pretendendo sua legitimidade dentro daquela sociedade, com o objetivo de dar prosseguimento à sua carreira política. Afinal, essa e outras atitudes o auxiliariam a despontar no cenário estadual e nacional. Em seu discurso de posse, ACM destacava o seguinte:

(...) Minha missão será a de conduzir, mas ninguém pode construir sobre o lixo e os escombros da Cidade. Vou limpar primeiro para construir depois... não olharei fronteiras para servir à minha cidade... agora vou subir as escadas da Prefeitura, para realizar as obras que todos esperam. (Antonio Carlos Magalhães, discurso de posse como prefeito de Salvador, Palácio Rio Branco, 13.02.1967 – trechos publicados no Jornal da Bahia, 14.02.1967, p.3)

O discurso de ACM apresenta elementos de um político sanitarista. Ele falava como se fosse convocado a cumprir um processo de higienização da cidade que, no limite,

²⁶ A ocupação Bico de Ferro, formada, inicialmente, por uma colônia de pescadores em 1957, se localizava numa área a beira mar, no final do bairro da Pituba. Após a expulsão da “invasão”, foi construído um local de lazer que se chama Jardim dos Namorados, obra pública construída no intuito de melhorar a imagem da Prefeitura perante a ação empreitada contra aos moradores ilícitos.

constituía-se numa limpeza não apenas arquitetônica, mas, também, social. Tal como o líder missionário que não reconhecia fronteiras para levar adiante a sua missão, fazendo adeptos que supostamente estariam ansiosos pelas transformações, ACM precisava realizar “obras que todos espera(va)m”, confirmando, assim, por meio de ações dolorosas, mas necessárias, a sua missão entre os baianos.

Segundo a análise de Paulo Fábio Dantas Neto, a gestão de ACM na prefeitura tinha como propósito apresentar uma gestão ligada ao dinamismo, iniciativa, rigor, ordem e restauração de autoridade, cuja estrutura social vigente estava sendo desafiada por outras propostas de organização social.

A vigilância contra as “invasões” aumentou em 1964 e se intensificou em 1968 com a implantação de uma ampla e moderna rede viária que direcionava a expansão da cidade com a incorporação das áreas de vale. As vias de vale foram obras marcantes no mandato de ACM como prefeito (BRANDÃO, 1978). Vale destacar que ACM não propôs nada novo. Ele implementou idéias que já despontavam tardiamente em sua administração como, por exemplo, as vias de vale, projeto que foi levado a cabo na década de 1930. A realização de antigas idéias foi, muitas vezes, desvinculada dos projetos originais e adaptadas aos novos interesses expansionistas de modernização conservadora.

As análises de Brandão (1978), Dantas Neto (2006) e Gordilho Souza (1990) apresentam o Estado como o grande coordenador do processo de expansão e modernização urbana da cidade do Salvador. Não podemos negar que houve tentativas, mas essas ações não determinaram o processo. Apesar das repressões sobre as ocupações, estas não deixaram de surgir, sinalizando sua presença na disputa pelos espaços na cidade de Salvador. Muito embora as ocupações não tenham se dado de forma organizada e articulada, isto não invalida a ação de disputa pelo espaço urbano.

Como já foi dito, as ocupações soteropolitanas ocorreram desde 1946 e a repressão se sucedeu simultaneamente, sendo que a intensidade variou de acordo com a conjuntura política. Segundo Mattedi (1979), a maior parte das ocupações do final dos anos da década de 1940 e de 50, se consolidaram, sendo que algumas sofreram repressão após o ano de 1966. Isso caracteriza que a atuação do Estado na disputa pelo solo urbano se tornou muito mais presente e repressora após a deflagração do golpe militar, quando se intensificou a repressão a quaisquer movimentos que pusessem em xeque a ordem estabelecida. Ao mesmo tempo, demonstrou o quanto o projeto de capitalização sobre o solo e o espaço urbano fazia parte do seu plano político, econômico e social em curso.

O momento político, após 1974, contribuiu para uma atuação menos repressora em relação aos movimentos de luta pela moradia. O governo do presidente Ernesto Geisel, de acordo com Elio Gaspari (2004), iniciou a chamada distensão/abertura política que, de certa forma, também se refletiu frente aos movimentos considerados subversivos. A liberalização promovida pelos dirigentes militares resultou de uma visão política em ampliar a legitimação política e social que foi afetada pela dificuldade do regime em superar os conflitos internos.

Essa visão, de certa forma, anula a pressão dos oposicionistas e a sociedade civil que, segundo Aloysio Carvalho (2005), só passou a ter uma postura mais ativa, após 1974, quando a liberalização foi implementada no governo Geisel, tendo um posicionamento crítico, denunciativo e estimulador para a participação política. Consideramos que, para além da leitura de Aloysio Carvalho sobre esse período, a perda de legitimidade do governo militar foi consequência, também, da confluência dos confrontos internos e da ação dos oposicionistas e da sociedade civil.

A distensão/abertura política foi uma estratégia planejada pelos militares, mas não era um consenso dentro das Forças Armadas, o que acentuou as divergências internas. As medidas de liberalização tiveram como objetivo ir muito mais além do que a substituição das Forças Armadas por um governo civil. Teve, igualmente, como intuito, garantir uma institucionalização de poder político que moderasse a participação popular tanto na constituição de governos, quanto nas decisões políticas.

Dentro desse cenário político, Gordilho Souza (1990) e Mattedi (1979) afirmam que ocorreu considerável diminuição da perseguição aos movimentos de luta pela moradia a partir de 1977. Assim, o governo adotou uma postura menos repressiva em relação às invasões, e reavaliou as represálias que, até então, tinham caracterizado suas ações. O déficit habitacional existia. Ir de encontro a estas ações, traria transtornos políticos e sociais desnecessários àquele momento.

No “Quadro de Ocupações Erradicadas e Removidas pelo Estado até 1984”, podemos observar que após 1977 a Prefeitura Municipal de Salvador, o Estado da Bahia e União tiveram uma postura menos retaliativa em relação às ocupações. A política adotada foi a remoção. Ângela Gordilho Souza (1990) estuda em sua dissertação como se deu essas remoções e o que objetivavam.

QUADRO DE OCUPAÇÕES ERRADICADAS E REMOVIDAS PELO ESTADO (Município, Estado e União) ATÉ 1984					
n.º	OCUPAÇÃO	Ano Criação	Ano Erradicação	Proprietário	Quem erradicou
1	Bairro Santo Antonio - Av. Oceânica – Ondina	1952	1967/1968	Marinha: aforado à Magalhães e Cia.	PMS ¹
2	Bico de Ferro - Pituba	1957	1967	Marinha	PMS
3	Jaqueira do Carneiro	1957	Tentativa de erradicação 1976/1977	PMS	DNER ²
4	Rocinha dos Marinheiros	1960	1977	Particular	PMS
5	Dique com a Av. Vasco da Gama	1961	Sem referência	PMS	Sem referência
6	Caminho de Areia	1961	Sem referência	IAPC ³	Sem referência
7	Campinas	1966	Tentativa de erradicação 1966	PMS	PMS
8	Pero Vaz	1966	Remoção para San Martin - 1970 Parte consolidada/Parte removida em 1976 para Fazenda Sete de Abril	PMS	PMS
9	Curva Grande - Garcia	1966	Remoção para San Martin - 1970	PMS	Governo do Estado
10	Loca da Sereia - Monte Serrat	1966	Remoção para San Martin - 1970	Marinha	PMS
11	Curtume ou Maloca	1969	1969	Sem referência	Sem referência
12	Brongo do IAPI	1970	1970	INPS ⁴	PMS
13	Fazenda Três Árvores	1970	Sem referência	PMS	Sem referência
14	Fazenda Má vida	1970	1970	PMS	PMS
15	Av. Contorno-Solar do Unhão	1970	Tentativa de erradicação 1971	PMS	PMS
16	Pituaçu - Boca do Rio	1971	1971	PMS	PMS
17	Pêla Porco	1972	1972	INPS	Sem referência
18	Jardim Saramandaia	1972	Tentativa de erradicação 1972	PMS	PMS
19	Caxundé - Boca do Rio	1973	Tentativa de erradicação 1973	PMS	PMS
20	Baixa do Cajueiro - Boca do Rio	1974	Tentativa de erradicação 1974	PMS	PMS
21	Nova Divinéia - IAPI	1975	Tentativa de erradicação 1975	INPS	INPS
22	Fazenda Grande do Retiro	1974	1975	União	DNER
23	Baixa do Marotinho	(1974) 1976	Remoção para Fazenda Sete de abril feita pelo Governo do Estado - 1976	PMS	PMS
24	Jardim Imperial - Boca do Rio	1976	Tentativa de erradicação 1976	PMS	PMS
25	Bernardo Spector	1976	1976	SETRABRES ⁵	SETRABRES
26	Alto da Terezinha - Escada	1976	1979	PMS	PMS
27	Aeroclube	1978	1978	PMS	PMS
28	Mata Escura	1978	Remoção 1978	Estado	Estado
29	Ceasa - Barro duro	1979	Remoção 1979	Estado	Estado
30	São Marcos	1979	Remoção 1979	Estado e Município	Estado
31	Trilhos da Leste Brasileira	1979	Remoção 1980	União	União
32	Narandiba	1980	Remoção 1985	União	União
34	Estação da Lapa	1980	Remoção 1983	PMS	PMS
35	São Joaquim	1980	Remoção 1984/1985	PMS	PMS
36	Jardim Praia Grande	1981	Remoção 1982	PMS	PMS
37	Ilha do Rato	1981	Remoção 1981	União	União
38	Mata Escura	1982	Remoção 1984	Estado	Estado
39	Jardim Caiçara	1983	Remoção 1984	União	União
40	Jardim Cajazeira	1983	Remoção 1983	Estado	Estado
41	Saramandaia	1983	Remoção 1984	União	União
42	Teotônio Vilela	1983	Remoção 1985	Estado	Estado
43	Mata dos Oitis	1983	Remoção 1985	PMS	PMS
44	Baixa da Égua	1984	Remoção 1984	PMS	PMS
45	Dique Pequeno	1984	Remoção 1984	PMS	PMS
46	Dom Avelar de Castelo	1984	Remoção 1985	PMS	PMS
47	Nordeste de Amaralina	1984	Remoção 1985	PMS	PMS
48	Pirajá	1984	Remoção 1984	Estado	Estado

Quadro elaborado pela autora, tomando como base MATTEDI (1979), GORDILHO SOUZA (1990).

Notas: 1. Prefeitura Municipal de Salvador. 2. Departamento Nacional de Estrada de Rodagem. 3. Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes. 4. Instituto Nacional da Previdência Social. 5. Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social.

No quadro anterior podemos acompanhar que, de 1966 até 1976, houve várias erradicações de ocupações e muitas áreas tomadas ilegalmente foram retomadas pelo proprietário. As tentativas de ocupação não se efetivaram, por motivos que precisam ainda ser estudados. No mesmo quadro, visualizamos que a maioria das políticas seja de erradicação, seja de tentativa ou remoção, foram efetuadas pela PMS. A Prefeitura é a responsável no uso e ordenamento do solo, sendo atuante mesmo em terras pertencentes ao Estado ou União.

Nesse momento o poder público passava a ter outro tipo de tática diante dos desprovidos de moradia, ao tentar coordenar os locais de ocupação. “O Estado (...) assimila a iniciativa da invasão, ao mesmo tempo em que resguarda os interesses da indústria imobiliária, através da transferência das populações invasoras para outras áreas mais distantes.” (FRANCO, 1983, p. 202).

A forma encontrada em tratar com os sem moradia e, ao mesmo tempo, com o mercado imobiliário, foi delimitar áreas na qual fazia “vista grossa” em relação às invasões e outras na qual não se podia permitir de forma alguma, pois eram de grande potencial mercantil e de acúmulo de capital.

Os discursos repressivos do poder municipal às ocupações não se confirmaram na prática, pois eles tinham consciência que a erradicação de todas elas, em Salvador, poderia corresponder a um conflito social de maiores proporções na cidade, provocando um desgaste político muito grande para os administradores municipais. O Estado passou a usar, então, a política de realocação das ocupações ilícitas, transferindo-as de áreas valorizadas para a periferia (FRANCO, 1983).

1.2 Prefeitura versus Baixa do Marotinho

A tentativa do poder público em conciliar as questões sociais e políticas à dinâmica capitalista foi resultado da disputa dos ocupantes ilícitos no processo político de concorrência de acesso ao solo. Apesar desse cenário de admissão das invasões, com certas limitações pelo Estado, o conflito da Baixa do Marotinho, ocorrido em 1976, foi uma exceção neste contexto. A Prefeitura Municipal de Salvador expulsou em 06 de março de 1976 os moradores da Baixa do Marotinho, ocupação localizada entre os bairros da Fazenda Grande e São Caetano.

O impasse entre o poder municipal e os ocupantes do Marotinho se deu quando a Prefeitura entrou na justiça, em setembro de 1975, com uma ação de reintegração de posse. Mas antes de adentrarmos no debate sobre o conflito, vamos discutir sucintamente sobre a propriedade do terreno. Essa discussão se faz necessária para dirimir o questionamento existente se a área em litígio era realmente de propriedade municipal, ou se havia interesses ou propriedades particulares, não explicitados, por trás da ação da Prefeitura Municipal de Salvador sobre a invasão do Marotinho. Essa dúvida surgiu ao entrevistar um dos ocupantes que argumentou que a ação da PMS tinha como objetivo defender o terreno que era de propriedade de Renato Schindler²⁷.

De acordo com pesquisa realizada sobre o terreno da Baixa do Marotinho, este se situava no distrito de Santo Antonio que englobava terras até a área de São Caetano. Segundo o primeiro traslado de Escritura lavrado às páginas nº 41 e 41v do livro de Registro de Domínio Próprio do Município, as áreas situadas nos distritos de Santo Antonio, Pirajá e Itapoan pertenciam ao Mosteiro de São Bento, que os vendeu à PMS, em 1917. Portanto, o terreno em litígio era de propriedade da PMS. Além disso, temos a existência de dois conjuntos habitacionais ao lado da Baixa do Marotinho: um que se chama Conjunto Habitacional Bernardo Spector (1971) e, outro, denominado Loteamento Fazenda Grande do Retiro (1973).

Os dois foram construídos em área municipal e pela PMS, com financiamento do BNH. Assim, dificilmente o conflito entre a prefeitura e os ocupantes foi gerado por influência ou pressão de interesses particulares, como foi suscitada em uma das entrevistas. Afinal, a área era pública e, como tal, só poderia ser reclamada pela PMS.

O caso Marotinho, que implicou na mobilização de diversos setores sociais como, por exemplo, a Igreja, a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Bahia, o Instituto de Arquitetos do Brasil – Seção Bahia e outros, além de contar com o envolvimento da opinião pública. Após grande alarde da mídia e da expulsão dos ocupantes, o Governo do Estado encaminhou as famílias despejadas para uma área que lhe pertencia. Essa postura do Estado tinha o intuito de conter a insatisfação da população diante da posição da Prefeitura Municipal de Salvador, que manteve a decisão em retirar os ocupantes.

²⁷ Ao fazer o levantamento sobre a propriedade da Baixa do Marotinho, encontramos documentos sobre a área de São Caetano e Renato Sigisfried Sigismund Schindler, um inglês, que comprou de Francisco Correia da Cunha, em 1942, a maior parte da Fazenda Boa Esperança, situada em São Caetano. Schindler fez dois grandes loteamentos nas suas terras: o Parque S. S. Schindler (1952) e o Parque Residencial Francisco Miguel Góes Calmon (1947). O fato de Renato Schindler possuir diversas terras em São Caetano, talvez tenha contribuído para que o ocupante do Marotinho creditasse a propriedade da área a este.

Tal problema acabou revelando divergências de postura política entre o Estado e a Prefeitura, pois o governador, em alguns momentos, tentou mediar e solucionar o problema de uma forma ou de outra, mas que não fosse pelo confronto direto.

No período do regime militar, o prefeito da capital baiana era indicado pelo governador que, à época, era Roberto Santos. O ex-governador afirmou, em entrevista²⁸, que indicou Jorge Hage ao cargo, devido ao bom trabalho que ele havia desempenhado na função de chefe de gabinete da Universidade Federal da Bahia quando era reitor.

De acordo com o depoimento de Paulo Segundo da Costa, Jorge Hage, ao ocupar o cargo, seguiu algumas orientações dadas por Roberto Santos como, por exemplo, a indicação do seu nome para cadeira de Secretário de Urbanismo e Obras Públicas do município. Ao verificar a importância e a participação do governador na indicação e composição do mandato de Jorge Hage, podemos nos questionar: por que Roberto Santos, como governador que indicou Jorge Hage a prefeito, não interveio no caso do Marotinho antes de culminar na expulsão dos ocupantes?

O ex-governador, na mesma entrevista realizada no dia 20 de maio de 2008, respondeu: “Embora o prefeito fosse nomeado pelo governador, havia competências. Enquanto Jorge estava como prefeito, era competência dele, e eu também não queria chegar lá. E, aí, chegou a um ponto que não teve jeito, e já estava tudo preparado.”

Apesar dessa divisão de competências, o governo estadual, segundo o próprio Roberto Santos, procurou contornar o impasse entre a prefeitura e o Marotinho. Talvez nem o próprio governador acreditasse que o fato da expulsão dos ocupantes tomasse proporções tão grandes como tomou; por isso a inércia. Há outra possibilidade também para interpretar essa divisão de competências que Roberto Santos expõe em sua entrevista.

É possível que já houvesse um projeto de intervenção do Estado no conflito, mas que só se deu após a expulsão. O Estado, provavelmente, estivesse aguardando a PMS mudar de idéia, ou não tentou tomar a frente do caso para não transparecer que compartilhava com o posicionamento do Prefeito. Dessa forma as críticas e o ônus da expulsão se refletiriam apenas no mandato municipal.

O jornal *Tribuna da Bahia* (02/01/1976) publicou uma pequena reportagem informando que os moradores do Marotinho haviam recebido um aviso, como resultado da reintegração de posse, notificando que eles possuíam apenas quinze dias para se retirarem

²⁸ Entrevista realizada pela autora com ex-governador Roberto Santos, em Salvador – BA, em 20 de maio de 2008.

do local. Segundo os moradores do Marotinho, no mês de setembro de 1975 apareceu uma funcionária dizendo-se do serviço social, pedindo os seus dados, argumentando que era o cadastramento para que eles tivessem direito aos benefícios públicos que seriam disponibilizados, inclusive o direito à moradia no local. De acordo com os moradores da área em litígio, foi dessa forma que a Prefeitura Municipal conseguiu as informações necessárias sobre os 153 ocupantes para acioná-los na Justiça.

Os Marotinhos, após serem notificados, fizeram um Memorial no dia 07 de janeiro de 1976, apelando para que o poder municipal não prosseguisse com a ação de reintegração, alegando que estavam se predispondo a comprar ou arrendar os lotes conforme as possibilidades deles, pois argumentaram que recorreram à invasão diante da impossibilidade de satisfazer suas necessidades básicas como, por exemplo, alimentar-se e pagar aluguel.

Apesar das tentativas de persuadir o administrador municipal para outra solução que não fosse a expulsão dos ocupantes, o prefeito continuou e resolveu ir até as vias de fato. É importante ressaltar que essas tentativas de convencimento para que a Prefeitura Municipal tomasse outra postura, se deram devido a grande movimentação social da Igreja, das associações de arquitetos (Instituto de Arquitetos da Bahia) e de engenharia (Clube de Engenharia), contribuindo para divulgação em todos os jornais que estavam acompanhando o transcorrer do caso.

Em sua entrevista, o ex-governador relata que Jorge Hage, antes de assumir a prefeitura, havia feito uma declaração afirmando que não permitiria invasões durante sua gestão. O discurso feito por Hage estava em consonância com a ideologia repressiva que caracterizava outras falas administrativas municipais, dentro do período de 1968 a 1978. O que diferenciou Hage dos outros prefeitos foi o fato dele não saber equilibrar e relacionar a ação política com uma análise técnica. Uma das declarações de Jorge Hage sobre a “invasão” do Marotinho foi a seguinte:

A decisão da Prefeitura de usar os meios judiciais para enfrentar o problema da invasão foi tomada após a reflexão e ponderação sobre todos os aspectos dos problemas e foi por que nos pareceu o caminho mais correto, uma vez que vivemos num Estado de Direito e entendemos que, tanto nas relações entre pessoas físicas como jurídicas, devem ser evitadas os desforços diretos ou confronto pela força pura e simples, uma vez que a justiça existe para isso... Esta posição é no sentido de que não há nenhuma razão que justifique darmos prioridade ou preferência aos que invadem, pela força, um terreno alheio para solucionar o seu problema de habitação que toda a Bahia sabe que não atinge apenas 200 ou 300 famílias, mas sim milhares e milhares delas. Se deixássemos estas 200 famílias que invadiram o terreno permanecerem nele, estaríamos

praticando uma profunda injustiça com as outras milhares que têm a situação econômica igual ou mesmo pior, uma vez que, como a pesquisa do advogado mostra, 70% destas, pelo menos têm emprego, e portanto, alguma renda certa e todo mundo sabe que existem milhares de outras que nem isso têm. O que distingue estas famílias das demais é apenas o seu grau de maior agressividade na busca por solução de seus problemas e este não será um critério a ser respeitado, ou estimulado ou premiado, como querem os que defendem a permanência daquelas famílias do Marotinho. (...) Se me perguntam para onde irão essas famílias ao serem desalojadas do Marotinho, só tenho a dizer que apenas voltarão para situação exatamente igual à que se encontravam antes de resolverem invadir um terreno que não lhes pertence... . A solução que a Prefeitura enxerga para esse problema social evidentemente não se limita a esta medida judicial. Encontra-se ela, ao meu entender, em programas como o Profilurb (Programa de Financiamentos de Lotes Urbanizados), recentemente criado pelo Governo Federal através da Carteira de Operações Sociais do BNH (...). (Diário de Notícias, 17.02.1976)

Em seu discurso, Jorge Hage se apresentou como defensor do patrimônio público e cumpridor das leis, ressaltando que qualquer solução diferente para o caso do Marotinho seria um privilégio, pois, independente do fator social, o ato ilícito foi decorrente da agressividade em solucionar o problema. Ele evitou tomar qualquer atitude que pudesse por em risco a legalidade do Estado burocrático e os elementos que o compõem. A atitude não é arbitrária, no sentido de que ele atua como árbitro, individualmente decidindo a respeito da situação que se lhe apresenta. Ele atua como membro do corpo burocrático que delibera sobre as ações necessárias para a manutenção da dominação da qual, ele próprio, faz parte e, também, está submetido.

No final do discurso, ele citou os projetos políticos habitacionais como uma solução para o problema habitacional, se apresentando como um político e técnico atento a problemática e que não estava fechado ao caso do Marotinho, mas que não iria ceder a pressão de um movimento que se valia de um ato ilegal para garantir sua moradia. O discurso legalista e o posicionamento técnico e político do prefeito tinham como objetivos manter a ordem jurídica em que se baseia o Estado de direito e colocar o seu mandato como tentativa de dirigir o processo de urbanização e uso do solo soteropolitano.

Ao ser questionado sobre o problema social criado com a medida – cerca de 150 famílias ficarão ao desabrigo – disse que sua administração decidiu “interromper o processo de invasões, ao tempo em que se resolve os problemas criados com a ocupação espontânea”. Assim, os moradores do Marotinho não podem esperar, da prefeitura, qualquer medida que atenuie o quadro atual. Para Jorge Hage foi o fato de Salvador se formar basicamente de invasões “que gerou o grande número de problemas sociais de infra-estrutura e de desurbanização completa em que vive mais de 50 por cento de nossa população”. Em sua opinião, seria uma posição mais cômoda e mais simpática a permissão das invasões, mas desastrosa a longo prazo. “Em razão disso que é que Salvador é hoje uma monstruosa favela”, disse. (Tribuna da Bahia, 09.01.1976)

Como podemos perceber na citação anterior, Jorge Hage considerava que a interrupção da invasão era uma medida necessária para conter os problemas gerados pela ocupação espontânea no município. Além disso, ele responsabilizava, ainda que de forma sutil e indireta, as gestões anteriores pelo fato da cidade apresentar uma urbanização tão precária. Isto decorria em razão destas gestões não terem adotado uma postura mais incisiva, como a sua.

Nesse discurso ele deixa entender que possuía a obrigação do cumprimento da ordem no Estado burocrático para, assim, manter a estrutura de poder que ele próprio compõe e, ao mesmo tempo, se apresentar como político detentor do conhecimento necessário para solucionar os problemas habitacionais e urbanos da cidade. O seu posicionamento político diante da ocupação do Marotinho pretendia construir uma imagem de defensor do patrimônio público e a autoridade, legitimamente constituída, para direcionar a urbanização soteropolitana.

Uma das formas de tentativa do Estado em controlar a urbanização era através dos projetos financiados pelo BNH. O prefeito Jorge Hage argüia que havia alternativas para se almejar uma moradia sem ter que infringir as leis. Exemplo disto seria o projeto defendido pelo poder municipal, o Profilurb – Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados que era financiado pelo BNH, e oferecia lotes a baixo custo, com o objetivo de evitar novas invasões. Além desse projeto, o seu mandato promoveu também a infra-estruturação de loteamentos por mutirão, através do Programa de Ajuda Mútua – PAM.

Em sua gestão, Jorge Hage desenvolveu um Estudo de Disponibilidade de Terras Públicas, assim como criou o Plano de Desenvolvimento Urbano – PLANDURB e o Programa de Desenvolvimento Social. Todos esses projetos foram efetuados no seu mandato (1975 – 1977).

Entre 1975 e 1976, encontramos diversas matérias que mostram Jorge Hage se articulando com setores da União e procurando cooperação técnica com as cidades de Porto Alegre e Curitiba²⁹. Além disso, diversas outras políticas com o Estado e cidades vizinhas que compunham a Região Metropolitana de Salvador, estavam sendo encaminhadas. Ao verificarmos todos esses projetos, visualizamos que havia uma preocupação, por parte do mandato de Jorge Hage, em trazer soluções para as problemáticas urbanas da cidade que cada vez mais se agravavam.

²⁹ Tribuna da Bahia, 21.02.1976 e Jornal da Bahia, 24.01.1976.

Entretanto, o prefeito não soube lidar com os meandros políticos. A situação do Marotinho o colocou como um prefeito que tinha projetos habitacionais, mas não via outra atuação perante a ocupação que não fosse o cumprimento do Estado de direito.

Apesar do envolvimento da prefeitura em discutir e encaminhar projetos de caráter urbano, não podemos deixar de apontar, novamente, que os projetos habitacionais financiados pelo BNH não tiveram êxito em atender aos setores populares, justamente pelo fato de ter um alto índice de inadimplência nesse setor. Isto porque os mutuários não possuíam uma renda fixa mensal que assegurasse o pagamento em dia de suas mensalidades, tornando o investimento muito arriscado e com pouca possibilidade de retorno financeiro (MATTEDI, 1979; GORDILHO SOUZA, 1999 e FRANCO, 1983). Isso demonstra que o Estado se preocupava em controlar a urbanização das moradias populares urbanas, não com o fim de garantir a igualdade social de acesso ao solo, mas para subsidiar e facilitar a ascensão do mercado imobiliário.

Os projetos habitacionais e as obras de infra-estrutura não garantiram ao Estado da Bahia e à Prefeitura Municipal de Salvador o controle sobre o processo de urbanização. Entretanto, lhe asseguraram a definição sobre o direcionamento da expansão urbana e as áreas valorativas para o mercado imobiliário. O Estado passou, então, a avaliar, após 1977, que não seria interessante reprimir ou financiar o setor popular, mas que a reprodução da população carente seria menos onerosa se controlasse, apenas, a localização destas ocupações (FRANCO, 1983).

Devido a preocupação da PMS em deter em suas mãos a urbanização da cidade, perguntamos a Paulo Segundo se havia algum projeto habitacional específico para área do Marotinho. Ele nos respondeu que especificamente não, que a prefeitura estava implementando o chamado Profilurb, que tinha como objetivo atender funcionários públicos e pessoas da comunidade que não possuíam renda para adquirir um imóvel.

Os jornais da época também demonstram o empenho de Jorge Hage na defesa do programa como a solução para o problema das “invasões”, mesmo que este projeto não atendesse aos Marotinhos. Registra-se grande discussão em torno desse projeto em relação ao atendimento das demandas dos Marotinhos. O deputado estadual Gutemberg Amazonas criticou esse projeto, pois acreditava que não conseguiriam atender as camadas carentes de Salvador, argumentando que o sistema financeiro do BNH era impraticável para pessoas que não recebiam um salário mínimo. Segundo a *Tribuna da Bahia*, nem os ocupantes do Marotinho acreditavam na efetivação do Profilurb.

Quanto aos lotes urbanizados, os moradores do Marotinho em princípio acham que não passa de promessa, além de lembrarem as dificuldades em adquiri-los em virtude dos baixos salários que recebem. Outros preferem perguntar por que o prefeito não espera a definição do projeto dos loteamentos para que possa exigir a saída deles da zona que atualmente ocupam. (Tribuna da Bahia, 18.02.1976)

A administração municipal não tentou negociar a venda dos lotes com os próprios ocupantes, ainda que os Marotinhos tenham elaborado um memorial, se apresentando dispostos a pagar pelos lotes, desde que os preços aferidos estivessem de acordo com a realidade financeira deles. O posicionamento do prefeito continuou o mesmo, endossando a idéia que o Estado não admitia invasão, que tinha que seguir as regras de seleção para se ter acesso aos lotes.

Argüido sobre a pretensão dos invasores de adquirir o terreno que ocupam, disse o Prefeito que este não está a venda e que não podia adiantar se o mesmo será um dos selecionados pelo Profilurb. (Jornal da Bahia, 06.01.1976.)

Esse relato anterior demonstra que a definição de como, quando e quais áreas públicas estariam à venda, era uma decisão que cabia ao Estado e que não cederia a apelos de ocupantes ilícitos.

Devemos lembrar que no final do ano de 1976 aconteceram eleições municipais. Sobre isso surgiram algumas matérias questionando o prefeito, se não havia o temor de uma repercussão eleitoral frente a seu posicionamento no Marotinho:

‘Os aspectos que eu levei em consideração quando anunciei a minha determinação de agir diante desse problema foram: o aspecto legal da manutenção da ordem e o aspecto social. São as duas dimensões que me preocupam. A conseqüência eleitoral dessa atitude pouco me importa. Eu estou aqui para governar a cidade de forma que me pareça correta e justa e não para procurar a simpatia, a popularidade ou o rendimento eleitoral dos meus atos como um fim em si mesmo’.

Para Jorge Hage, a conseqüência política da desocupação do Marotinho é ‘apenas uma conseqüência e não um objetivo’. E prossegue: ‘Evidentemente estou consciente de que todos os meus atos serão julgados pela opinião pública e estou tranqüilo quanto a isto. A opinião pública no fim das contas, vai julgar que eu estou certo.’ (Jornal da Bahia, 06.03.1976)

Apesar do prefeito começar afirmando que não estava preocupado com a repercussão eleitoral, ele acabou revelando no meio da sua fala a importância que dava à opinião pública. A população, do seu ponto de vista, verificaria que a sua postura foi em prol da ordem e da questão social, uma ação política que encara o problema social sem subterfúgios ou atitudes amenas, mas com propostas concretas.

Podemos inferir que, apesar da suas declarações, ele talvez tivesse o intuito de consolidar uma imagem de um político preocupado com o cumprimento das leis, com a manutenção da ordem, sem desvincular sua preocupação com as questões sociais para, assim, galgar cargos públicos futuros. Se o seu objetivo era seguir uma carreira política solo, de certa forma isso acabou acontecendo, já que ele se tornou deputado duas vezes, estadual e federal.

Há de se ressaltar que tentamos entrar em contato com Jorge Hage para realizarmos uma entrevista e, com ela, dirimir questionamentos sobre a sua posição em relação ao Marotinho, mas, infelizmente, ele se recusou, justificando o exercício, atualmente, no cargo de Ministro da Controladoria Geral da União e que não teria tempo para rememorar, ou rever documentos antigos para assim ser entrevistado. Desta forma não tivemos a oportunidade em analisar a sua versão. Apesar disso, podemos inferir que esse silêncio seja a demonstração de que o caso Marotinho não deve ser lembrado. Talvez por reconhecer que a sua postura diante do Marotinho não tenha refletido da melhor forma possível na sua carreira política. Sendo assim, seria melhor deixar no silêncio, para que não corresse o risco de entrar em maiores contradições, principalmente por ocupar, no momento, um cargo de grande importância na República.

A atitude da prefeitura em relação ao Marotinho provocou grande repercussão na sociedade soteropolitana, tendo cobertura de todos os jornais locais. No dia da expulsão, os jornais de circulação nacional também cobriram o cumprimento da ordem de retirada dos ocupantes. Como já foi dito, o abade Dom Timóteo Amoroso Anastácio e o Cardeal Dom Brandão Vilela intercederam em prol dos ocupantes, tentando persuadir o prefeito em negociar a área ocupada com os Marotinhos. Além da intervenção do Cardeal, houve também a participação do Instituto de Arquitetos da Bahia, o Clube de Engenharia, a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Bahia e a Paróquia Nossa Senhora de Guadalupe. Todas estas instituições solicitaram ao prefeito que desistisse da ação de reintegração de posse e negociasse o terreno de acordo com as condições financeiras dos ocupantes.

Ontem pela manhã recebeu a visita de uma comissão liderada pelo abade D. Timóteo Anastácio que lhe apresentou uma proposta discutida entre os moradores para uma solução mais social do problema do Marotinho. De posse do documento e para discuti-lo, o Cardeal telefonou para o governador Roberto Santos e marcou um encontro do qual deveria participar também o prefeito Jorge Hage. O encontro se deu à tarde.

—Eu seria o elemento de ligação entre a comissão e o prefeito e minha missão seria sensibilizá-lo para o lado social do problema (...)

–Verifiquei que o Governador Roberto Santos estava muito preocupado com uma solução social para o problema e fez sobre isso mais de uma reflexão. Mas Dr. Jorge Hage concluiu que era praticamente impossível modificar sua posição da forma como tinha divulgado na imprensa. Perguntei-lhe, então, se mesmo a essa altura seria possível conciliar a decisão de autoridade com a questão social....

–Nós somos uma cidade que tem grandes problemas sociais acumulados. O Governo não pode por diversos motivos, inclusive o financeiro, atender a todas as necessidades das populações periféricas. Em consequência disso, o povo se apresenta, muitas vezes, em estado de paciência ilimitada e vez por outra toma algumas iniciativas como é o caso do Marotinho.

(...)

A esta altura – finaliza D. Avelar – não me cabia mais insistir demasiado diante de uma posição que reflete uma mentalidade rígida de homem de planejamento. O prefeito está convencido que tomou o caminho certo como administrador – concluiu D. Avelar. (Jornal da Bahia, 06.03.1976)

Mesmo com o apelo do Cardeal D. Avelar Brandão Vilela, o prefeito não mudou de opinião sobre a expulsão dos Marotinhos. Nessa reportagem D. Avelar comentou sobre a participação de Roberto Santos em procurar conciliação em torno do assunto. Em entrevista, o ex-governador avaliou que a diferença de visão entre Estado e Município sobre o conflito, não foi uma questão que fizesse retirá-lo do cargo. Em outros momentos da entrevista ele relata a saída de Hage do cargo e o surgimento do Novo Marotinho:

Começou uma certa movimentação, para ver se havia algum entendimento, nessa movimentação quem foi muito presente foi o Cardeal Brandão Vilela. Ele procurou uma intermediação para ver se conseguia contornar a situação. O próprio Governo por intermédio de outras pessoas. O próprio Governo buscou o Novo Marotinho, como uma alternativa, tratando de uma solução para contornar a dificuldade, mas o nosso amigo Jorge resistiu e chegou a um ponto que ele não se sustentou na prefeitura, e ele acabou sendo substituído, por isto. Então o resumo da história é essa.

(...)

– O problema do Marotinho foi o fator de desgaste político de Jorge Hage?

– Não diria para você que seria o único, mas de longe, seguramente, foi o principal. Ainda mais depois que o Cardeal, uma pessoa muito credenciada e era visto como um homem equilibrado e conciliador tomou aquela atitude como muito dura. Ou era um choque, ou era uma guerra, então era necessário tomar uma conciliação. (Entrevista realizada com Roberto Santos em 20.05.2008)

Como podemos notar na fala de Roberto Santos, ocorreram divergências sobre o que devia ser feito em relação ao Marotinho. Mas como foi argumentado pelo ex-governador, ele não fez nenhuma intervenção impedindo que o caso culminasse na expulsão, pois havia as áreas de competência e não cabia ao governador tomar alguma atitude que retirasse a autoridade de Hage, como prefeito, diante da ocupação do Marotinho. Entretanto, como já citamos mais acima, essa postura de não intervir diretamente na decisão de Jorge Hage pode ter sido uma opção política do governador,

tentando evitar maior repercussão sobre sua imagem, isolando, assim, o fato em cima da Prefeitura.

Afinal, não podemos esquecer que em dezembro de 1976 iriam transcorrer as eleições diretas para prefeito e vereadores. Salvador, por ser uma capital, tinha intervenção do Estado, mas a escolha dos vereadores se dava por eleições diretas. Como a Arena tinha sofrido, em 1974, uma derrota considerável na disputa para deputado federal e estadual, Roberto Santos não gostaria de sofrer o mesmo nas eleições municipais do Estado.

A postura mediadora assumida por Roberto Santos ao participar de reuniões convocadas pela Igreja, ou tentar persuadir Jorge Hage encaminhando pessoas do seu governo para convencê-lo do contrário, como ele mesmo relatou em entrevista, pode ter sido uma forma para dissuadir a imprensa e as entidades locais de que não compartilhava com o posicionamento municipal.

Roberto Santos nos relatou, em entrevista, que a expulsão do Marotinho teve grande peso sobre a sua decisão em retirar Jorge Hage do cargo, mas isso só veio acontecer mais de um ano depois³⁰. Tanto tempo para uma tomada de decisão como essa, pode ser explicado pelo fato de que a retirada de um prefeito àquela altura seria lida como a ação direta de um movimento sobre o poder público e com caráter deliberativo, conferindo uma grande força àqueles que lutavam pela moradia, mais especificamente, o Marotinho. Além disto, valorizaria os demais movimentos envolvidos.

Como já foi discutido anteriormente, o governo Geisel estava introduzindo uma política de distensão/abertura. Dentro desse quadro, apesar do discurso legalista do prefeito e da apresentação de projetos voltados para habitação dos mais carentes, a expulsão do Marotinho teve uma repercussão muito ruim perante a opinião pública, principalmente por que havia participação de diversos órgãos da sociedade civil que provocavam grande mobilização social e política. A atitude de Hage perante o Marotinho ia de encontro à política de legitimação social que o governo militar começou a implementar. Foi dentro dessa realidade de política nacional e local que talvez Jorge Hage ainda não havia se situado.

Jorge Hage, apesar de tentar produzir um discurso que justificasse sua ação, ele não conseguiu a aprovação da sociedade, pois, além de não ter uma proposta de relocação dos ocupantes, o governo militar não se mostrava muito favorável a atitudes políticas que não

³⁰ No dia 29 de março de 1977, Jorge Hage foi retirado do cargo e Fernando Wilson Magalhães foi seu substituto.

viesses acompanhadas de um projeto social em curto prazo. O aumento de pessoas sem condições financeiras para a aquisição da moradia própria, os poucos projetos habitacionais para este setor popular e a legitimidade que a sociedade civil ganhava, foram fatores importantes para desaprovar e recriminar a atuação política de Jorge Hage em relação ao Marotinho.

Foi dentro desse cenário político que Jorge Hage tentou fazer valer a sua autoridade como prefeito durante a ditadura militar, procurando, por meio de instrumentos legais, efetivar as ações administrativas e técnicas, não cedendo às pressões de órgãos da sociedade civil.

Tomando emprestado o comentário do historiador Cid Teixeira sobre ACM (DANTAS NETO, 2006, p. 241), talvez tenha faltado a Jorge Hage *feeling*, quando ordenou a expulsão do Marotinho, *ao não perceber que os ventos iam mudar*. Após a expulsão dos Marotinhos, entrou em cena Roberto Santos:

O Governo está pensando em socorrer invasores.
Para amparar os invasores da Baixa do Marotinho, lançados ao desabrigo pela Prefeitura, a Secretaria do Trabalho já pensou numa solução provisória: vai construir um barracão onde todas as famílias ficarão até saírem para as suas casas definitivamente. (Jornal da Bahia, 09.03.1976)

Diante da péssima repercussão que teve a expulsão dos Marotinhos, em 06 de março de 1976, o governador, através da Secretaria do Trabalho, comandada por Ivete Oliveira, resolveu procurar uma solução provisória para conter as inúmeras reportagens que criticavam a ação do prefeito. No dia 9 de março de 1976, o governo anunciou que iria doar lotes localizados na Fazenda Sete de Abril para os desabrigados do Marotinho:

Enfim os ex-moradores da Baixa do Marotinho suspiraram aliviados ontem, quando uma comissão da Setrabes, liderada pela diretoria da Divisão de Serviço Social, esteve no local da demolição e começou a distribuir senhas para os lotes que foram demarcados para eles na Fazenda Sete de Abril. (Jornal da Bahia, 10.03.1976)

A ação de Roberto Santos foi uma tentativa de amenizar o desgaste político social provocado, podendo atingir o seu governo, já que o prefeito era uma indicação do governador. Cabia a ele, enquanto governador, afastar a imagem de que não se tinha como conciliar a questão social com o planejamento urbano coordenado pelo Estado. Após esse conflito, os administradores municipais passaram a ter uma maior tolerância diante das novas ocupações que surgiram, pois as invasões que ocorreram, depois de 1977, passaram

a ser menos perseguidas, e as que se localizavam em áreas potencialmente rentáveis à especulação imobiliária, eram, muitas vezes, relocadas³¹.

Após a conquista dos lotes, os Marotinhos tiveram ainda que se organizar para tentar conquistar mais terreno, pois como não havia uma lista dos moradores expulsos da ocupação, muitos ficaram de fora. De acordo com o governo, a lista para doação foi organizada baseando-se na pesquisa levantada pela Paróquia Nossa Senhora de Guadalupe da Fazenda Grande. Tal levantamento foi realizado em janeiro de 1976. Após esse período, a ocupação ganhou mais adeptos que não estavam relacionados nos dados iniciais.

Consta nos jornais daquele período que nem todos os invasores tiveram êxito para garantir um lote na área destinada para eles, na Fazenda Sete de Abril, localidade esta que, mais tarde, foi chamada pelos moradores como Novo Marotinho. O surgimento do nome Novo Marotinho e quem eram os Marotinhos, qual era a realidade econômica, educacional, a quantidade aproximada de moradores que havia durante o processo de ocupação e a maneira como chegaram à Baixa do Marotinho, será nosso objeto de análise no próximo capítulo.

³¹ Segundo o trabalho de Gordilho Souza (1990), as ocupações que sucederam nos anos de 1980, quando localizadas em áreas disputada pelo mercado imobiliário, estas eram relocadas para áreas mais distantes do centro administrativo, político, social e comercial da cidade, onde, normalmente, eram terras menos valorizadas. O trabalho de Ângela Gordilho Souza é um estudo mais aprofundado de como se constituiu esse processo.

CAPÍTULO II

MOVIMENTO BAIXA DO MAROTINHO

O final da década de 1970 se caracteriza como um período de transição e de significativas alterações no conjunto da sociedade civil. Muita agitação no Brasil todo, tanto nas capitais quanto nas pequenas cidades, principalmente no campo. Vários grupos populares³² eclodiram na cena pública reivindicando seus direitos. Dentro desse novo cenário político estava se formando uma outra visão sobre os movimentos sindicais, os movimentos populares e, portanto, uma valorização das práticas sociais presentes no cotidiano popular. Os movimentos sociais passaram a ser vistos pelas suas linguagens, pelos lugares onde se manifestavam e pelos valores que sedimentavam as diferentes identidades coletivas³³.

Segundo Eder Sader (1995), o último quarto da década de 1970 não era apenas um momento de ruptura dos padrões de legitimação da ordem, afinal essa contraposição não era generalizada, muito menos sua legitimação havia sido. Para Sader,

o fim dos anos 70 assistia a emergência de uma nova configuração de classe. Pelos lugares onde se constituíam como sujeitos coletivos; pela sua linguagem; seus temas e valores; pelas características das ações sociais em que se moviam... (SADER, 1995, p. 36).

Essa análise sobre uma nova conformação de classe se sucedeu devido a insuficiência interpretativa do esquema estrutural, no qual arguia que a manifestação social era uma resposta às carências sociais ditadas pelos padrões de desenvolvimento vigentes³⁴.

A compreensão do fenômeno não deve se restringir a uma análise das “condições objetivas dadas”, pois temos que nos ater, também, às mediações simbólicas que permeiam e compõem o processo de formação do fenômeno social.

³² O final da década de 1970 foi marcado pela eclosão de movimentos como, por exemplo, o Clube das Mães (em São Paulo) que reivindicava por creches; movimentos contra o aumento das tarifas de ônibus que aconteceram em São Paulo, Salvador e etc.; Movimentos de Luta pela Moradia em São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Belém; os movimentos sindicais; Comissão Pastoral da Terra (CPT) organizado em 1975. Esses movimentos podem ser estudados em Sader (1988), Cadernos do CEAS dos anos de 1975 a 1983, Doimo (1995), Gohn (1991).

³³ As diferentes formas de se organizar, de construir identidade, de visualizar os problemas e reivindicar os seus direitos, tudo isso foi sendo valorizado nos movimentos sindicais e, principalmente, nos movimentos populares.

³⁴ Políticas de desenvolvimento aplicadas no Governo de Ernest Geisel (1974 – 1979) tinham como objetivo aumentar a presença do Brasil na economia mundial, diversificar as relações interestatais e obter, no plano internacional, tecnologia, empréstimos, mercados e fontes, fatores essenciais para a expansão econômica, mas se moldando ao quadro internacional (Lessa, 1994).

(...) não se pode deduzir orientações e comportamentos de “condições objetivas dadas”. Tais deduções pressupõem uma noção de “necessidades objetivas” que moveriam os atores sem as mediações simbólicas que as instituem enquanto necessidades sociais. Quem pretender captar a dinâmica de movimentos sociais explicando-os pelas condições objetivas que os envolvem e poupando-se de uma análise específica de seus imaginários próprios irá perder aquilo que os singulariza. (SADER, 1995, p. 42).

Por mais que as lutas e as reivindicações dos movimentos sociais sejam portadoras de necessidades de reprodução, mesmo assim devemos analisar o modo como são essas lutas, qual a sua importância simbólica, cultural e material em relação ao que reivindicam, atentos ao contexto político, econômico, cultural e espacial do movimento (SADER, 1995, p. 43).

Ao reivindicarmos o papel do sujeito na ação dos seus atos, negando a visão do sujeito como mero reflexo da estrutura, pretendemos nos afastar metodologicamente da dicotomia sujeito versus estrutura. Os elementos estruturais são significados das ações e relações sociais do homem que o constituíram enquanto realidade social. Consideramos que os homens não são soberanos sobre sua história, mas, também, não os vemos como somente produtos sociais.

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. (MARX, 1997, p.21).

A estrutura faz parte do processo histórico, mas analisá-la por si só não é o suficiente para compreendermos uma ação social. Karl Marx nos indica que as condições necessárias à reprodução da força do trabalho são construídas historicamente, legadas e transmitidas pelo passado. Baseado nisso, Sader questionou os preceitos que moldavam as determinações estruturais nas análises sobre os movimentos sociais do final dos anos setenta do século XX: “Assim, como são necessidades sociais se são necessariamente não satisfeitas? Onde estão instituídas enquanto necessidades?” (SADER, 1995, p. 42).

As necessidades sociais são construídas historicamente e a sua compreensão como tal não perpassa somente as condições objetivas dadas, mas nas orientações e nos comportamentos que se dão em torno das mediações simbólicas. Portanto, as condições objetivas dadas não conformam por si só os movimentos sociais. Temos que levar em consideração que os distintos significados que intercalam a formação cultural dos sujeitos que compõem o movimento, são elementos atuantes na compreensão e análise para o empreendimento de uma ação política.

Os antropólogos e os sociólogos demonstraram amplamente a imbricação inextricável das relações econômicas e das relações não econômicas na maior parte das sociedades e a maneira pela qual interferem as gratificações econômicas e culturais. Nessas démarches da análise histórica ou sociológica (ou política), é essencial manter presente no espírito o fato de os fenômenos sociais e culturais não estarem “a reboque”, seguindo os fenômenos econômicos a distância: eles estão, em seu surgimento, presos na mesma rede de relações. (THOMPSON, 2001, p. 208)

Thompson ratifica a idéia de que não dá para compreender um processo histórico somente através das relações econômicas. Partindo dessa perspectiva é que concordamos com a avaliação de Sader, baseado no argumento que a emergência dos movimentos sociais no final da década de 1970 não se compuseram somente pelo elemento econômico, mas por uma conjunção de fatores que contribuíram para o ganho de potencialidade da sociedade civil.

Dentro dessa movimentação se encontra a luta da Baixa do Marotinho, que se nos apresenta como uma espécie de fio condutor para compreender que o processo histórico é composto por um elenco de elementos e que cada um tem sua importância no desenrolar da trama. Assim, o presente capítulo apresentará a avaliação das condições sociais e econômicas dos ocupantes do Marotinho, confrontando esses dados com os estudos já realizados, que discutem a realidade sócio-econômica da cidade de Salvador na década de 1970. Em seguida averiguará como e quando surgiu a ocupação do Marotinho e como se procedeu a organização do movimento.

2.1 Baixa do Marotinho – condições socioeconômicas

Local de difícil acesso, a sua ligação com o bairro Fazenda Grande se realizava através da Travessa do Marotinho. Outro ponto de acesso ao vale se fazia por um caminho de terra que saía no final de linha de ônibus do bairro São Caetano. Os dois bairros divididos pelo vale são carentes, tanto no que diz respeito a estrutura urbana quanto socialmente, sendo considerados periferia da capital baiana.

Dada à declividade do terreno, os barracos ficam presos às encostas e subidas íngremes. Cada morador cercou um pedaço de terra onde são construídos os barracos. Nesses pequenos terrenos não têm fossas nem esgotos e os excrementos são jogados nos fundos das casas e nas subidas. O abastecimento d'água está sendo feito em fontes perfuradas pelos moradores, mas são poucas e servem a todos. (Tribuna da Bahia, 02.01.1976)



Imagem 01 – O vale do Marotinho – “Marotinho é mais um drama social que não pode ser resolvido pela violência. MAROTINHO NÃO É UM REDUTO DE MARGINAIS”

Fonte: *Jornal da Bahia*, 15.02.1976

A expansão desses bairros se deu a partir da ocupação que já existia, através de chácaras e fazendas. Como eram bairros antigos e já possuíam transportes ligando-os ao centro da cidade, essa área passou a ser bastante requisitada por famílias que procuravam moradia a baixo custo e, ao mesmo tempo, precisavam se locomover para ter acesso ao trabalho.

A vigilância do poder público não era tão intensa nessa área da capital como se sucedia em outras localidades, a exemplo, da Pituba, Ondina e Boca do Rio. A expansão desses dois bairros se deu de forma desordenada, através de ocupações ilegais. Em meio a esse processo surgiu a ocupação da Baixa do Marotinho, mas a ação política municipal diante dessa invasão procedeu de forma diferenciada em relação às outras que já haviam acontecido na região.

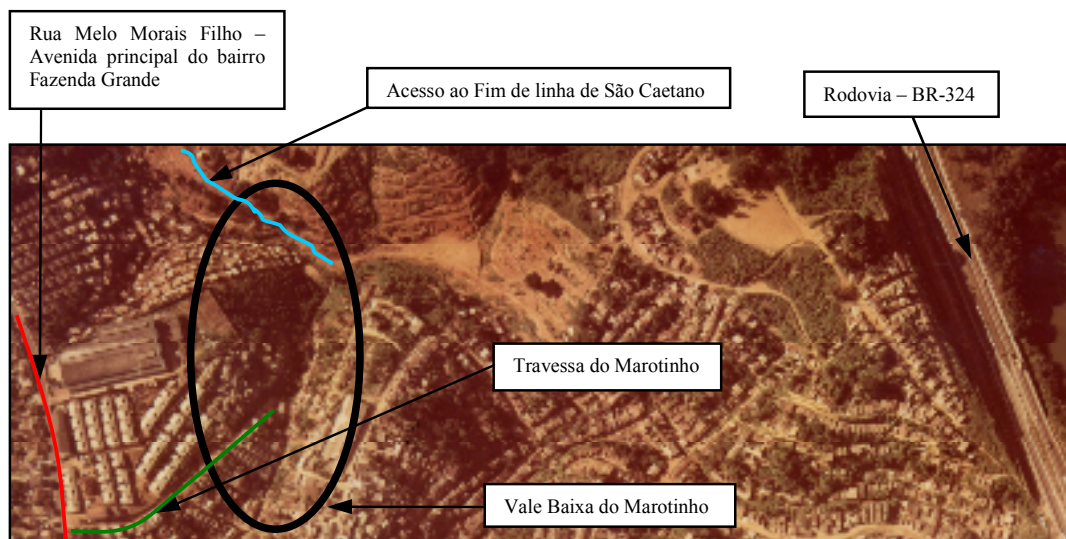


Imagem 02 – Mapa de localização da Baixa do Marotinho

Fonte: Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado, fotos aéreas da cidade de Salvador no ano de 1983.

A região que se estende entre Fazenda Grande e São Caetano de acordo com Plano de Desenvolvimento Urbano – PLANDURB e Plano Diretor do Distrito Industrial Urbano do Município do Salvador – DINURB³⁵, se encontra na região projetada para exploração industrial e implantação de habitação operária. Os mesmos apresentaram informações da presença de diversas ocupações ilícitas, como, também, conjuntos residenciais, previamente autorizados pela PMS.

A área ao redor da BR-324, segundo o PLANDURB, apresenta a segunda região da cidade com a maior absorção da população estimada (26,5% no período de 1975-1990) e isso se justifica não só pelo histórico de ocupação do espaço municipal nas últimas décadas, como também a consolidação de núcleos habitacionais ali existentes.

O PLANDURB foi construído com a perspectiva de operacionalizar duas variáveis: a distribuição da população e a distribuição do emprego. Pretendia-se, então, uma estrutura urbana que casasse a distribuição da população com a de emprego no mesmo espaço, identificando nucleações de atividades, divididas em centros e subcentros para o setor terciário, e núcleos industriais para o setor secundário.

³⁵ Plano de Desenvolvimento Urbano – PLANDURB, 1978. Plano Diretor do Distrito Industrial Urbano do Município do Salvador – DINURB, 1983. O Plandurb desenvolveu estudos iniciais sobre as áreas industriais, o qual foi complementado pelo DINURB. Esses planos foram iniciados pela equipe do governo de Jorge Hage para solucionar e controlar a ocupação urbana, mas esses estudos foram finalizados depois do seu mandato.

O Estudo da Disponibilidade de Terras Públicas foi um levantamento das terras municipais, estaduais e federais, objetivando controlá-las para, assim, desenvolver projetos como os citados anteriormente. Isso procede, uma vez que a proposta inicial da PMS sobre o conflito do Marotinho era que os ocupantes se retirassem do local e aguardassem a abertura do Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados – Profilurb.

O PLANDURB e o DINURB nos apresentam o perfil que a gestão de Jorge Hage possuía: ordenar e planejar o processo de ocupação na região, justamente para atender os projetos futuros de exploração industrial e conjuntos habitacionais para os operários. A intenção de Hage era implementar os estudos desenvolvidos sobre a cidade. Não podemos deixar de ressaltar que um projeto de governo nem sempre pode ser implementado perfeitamente sobre a realidade. Esse meandro entre o plano e a realidade trouxe problemas e conflitos vividos pela sua gestão.

Investigamos nos arquivos da PMS, em entrevista com o ex-governador Roberto Santos, com o ex-secretário Municipal de Urbanismo e Obras Públicas se havia algum projeto no terreno da Baixa do Marotinho. Entretanto não encontramos nada nos arquivos e os dois entrevistados nos disseram que não havia nenhum projeto no local. A imprensa³⁶ naquele período também apontava para o fato de não existir projetos para localidade. Isto reforça, portanto, a idéia de que a expulsão do Marotinho se dava como uma forma legalista e tecnicista — iniciar a implementação dos planos urbanísticos que estavam sendo desenvolvidos — ordenando e controlando o processo de uso e ocupação do solo.

De acordo com os jornais e depoimentos dos marotinhos, em setembro de 1975 a PMS encaminhou para a localidade uma assistente social que coletou os nomes dos ocupantes com a finalidade de trazer benfeitorias à ocupação. Três meses depois, os ocupantes do Marotinho que forneceram os seus nomes a PMS receberam um aviso da Justiça dando um prazo de quinze dias para se retirarem do local. Após esse aviso, os moradores passaram a realizar reuniões e a definir ações para impedir o despejo. Uma das primeiras ações dos ocupantes foi encaminhar ao prefeito Jorge Hage um memorial:

Datado de 1º de janeiro, o memorial tem o seguinte texto:

Exmo. Sr. Prefeito:

Nós, abaixo assinados, “invasores” da Baixa do Marotinho, vimos apresentar a V. Excia. os nossos problemas.

No dia de Natal saiu o edital no Diário Oficial com a citação de todos nós como réus da invasão do terreno da Prefeitura.

³⁶ *Jornal da Bahia*, 06.03.1976. “Um Diálogo Impossível.”

O Sr. no início de seu mandato, prometeu ao povo que tinha 15 mil lotes para as famílias pobres de Salvador, mostrando-se preocupado e interessado com a situação do povo e hoje o Sr. como presente de Natal, ameaça-nos levar ao desabrigo. Nós precisamos do terreno que foi por nós invadido. Não o queremos de graça, queremos a venda ou arrendamento do mesmo, com pagamento conforme as possibilidades das famílias necessitadas. Precisamos invadir porque não temos condições de pagar uma casa de aluguel. O que ganhamos não dá para comer, ainda menos para pagar casa. O custo de vida está cada dia mais ruim. Passamos fome para fazer o barraco e agora somos ameaçados de desabrigo com os filhos na rua. Sabemos que a lei está com a Prefeitura, mas achamos que o homem deve estar acima da lei. Esperamos que a V. Excia. possa reconsiderar sua atitude para conosco e libere o terreno ou dê uma solução humana para nosso problemas. Desde já ficamos agradecidos. (A Tarde, 09.01.1976)

Os ocupantes iniciaram o memorial utilizando o termo invasor entre aspas, o que demonstra que este termo não se adequou plenamente ao problema deles, ou então, isso se deu pelo fato de membros da Igreja motivarem o debate sobre a expressão “invasor” dentro do grupo³⁷. Eles registram também que a invasão foi uma decorrência das condições materiais por não poderem pagar o aluguel ou adquirir uma moradia e, ao mesmo tempo, manter uma casa.

Avaliamos que esse memorial foi resultado de uma primeira ação mais organizada por parte dos Marotinhos frente à ocupação e a expulsão. O documento foi uma tentativa em direção a uma negociação com a PMS lembrando a proposta do administrador executivo sobre os 15 mil lotes que seriam destinados às famílias carentes. Os Marotinhos propuseram a venda ou arrendamento dos lotes já ocupados, desde que levassem em consideração as suas condições financeiras.

A PMS, através da mídia³⁸, respondeu aos ocupantes que nada poderia fazer por eles, e que a decisão da Justiça em desalojá-los seria cumprida, negando a promessa de doação dos lotes às famílias mais pobres. O administrador do executivo, Jorge Hage, afirmou que havia interesse em solucionar o problema urbano de Salvador e que estaria assinando um convênio com o BNH para execução do programa de lotes urbanizados, mas que, até então, as inscrições ainda não estariam abertas. Desta forma, os ocupantes teriam que desocupar a área e aguardar a implantação do programa.

Diante da situação os moradores resolveram se mobilizar criando uma comissão para pedir auxílio à Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/ Seção Bahia, no intuito de

³⁷ Mais a frente debateremos o termo invasão entre os integrantes do Marotinho e da Igreja que participaram do movimento. Alguns membros da Igreja nos relataram que debatiam com os Marotinhos sobre o significado da expressão para sociedade.

³⁸ *A Tarde*, 16.02.1976. “Prefeitura não aceita apelo dos moradores do Marotinho”

defendê-los. Além disso, entraram em contato com diversas outras entidades como o Instituto de Arquitetos da Bahia – IAB e Clube de Engenharia. Esse contato com essas entidades se deu pelo trabalho que a Igreja da ala progressista já desenvolvia com eles³⁹.

A OAB indicou Adelmo José de Oliveira para defendê-los na Justiça. Entrevistamos o advogado e ele nos relatou como chegaram até o seu nome.

Entrevistadora: Como o senhor (Adelmo de Oliveira) chegou a se tornar advogado do Marotinho?

–Essa que é a indagação. Então lá no Mosteiro (São Bento) ocorreu que o setor da área social, ele não tinha um advogado. Então surgiu a idéia de falar comigo sobre... Porque o movimento também andou, alguém da área do próprio Marotinho, não sei se ligado a Igreja... contactou a Igreja. Tá compreendendo? Então a gente ia para algumas reuniões no antigo Marotinho.

Entrevistadora: Contactou quem?

– Esse é o problema da memória. Mas o que eu sei é que eu fui... O fato é que eu pedi que eles fossem à Ordem dos Advogados para que a Ordem me indicasse como advogado deles — porque eles não tinham condições — pela Assistência Judiciária. (...) Então, aí, eu comecei atuar, mas já no limite que a luta já estava avançada lá embaixo. A pressão da prefeitura era muito grande. Então foi num período curto assim de um a dois meses ou três meses foi que eclodiu a expulsão dos moradores de lá. (Entrevista com Adelmo Oliveira em março de 2008)

Adelmo Oliveira era advogado, em 1976, do Mosteiro de São Bento, em Salvador. Ele relatou que havia um setor de assistência social do Mosteiro. Foi através deste setor que entraram em contato com ele e, naquela oportunidade, os ocupantes do Marotinho solicitaram auxílio a OAB que indicou o seu nome como advogado através da assistência judiciária. Segundo Adelmo, o seu envolvimento com o movimento se deu quando o conflito entre os Marotinhos e a prefeitura já estava muito acirrado. Esse depoimento demonstra o envolvimento da Igreja no processo de organização do movimento frente a prefeitura.

Após a nomeação, o advogado tentou negociar com a PMS entregando um relatório sócio-econômico da comunidade residente do Marotinho, tentando demonstrar que as pessoas ocupantes não possuíam condições financeiras para adquirir, por meios próprios, sua moradia.

Na época da pesquisa, em janeiro de 76, viviam na Baixada do Marotinho 1.272 pessoas, agrupadas em 234 famílias. Mais de 50 por cento do total de habitantes tinham idade inferior a 14 anos – 675 pessoas – e o grau de instrução dos chefes de família revelou-se baixíssimo, apenas 21 conseguiram ir além do curso primário, 138 não lograram concluir o curso primário e 59 são completamente analfabetos.

³⁹ O contato da Igreja com as entidades e sua participação no Marotinho vamos discutir mais a frente.

Com relação ao emprego a pesquisa que apurou 30 por cento estão ligados à indústria e 67 por cento ao setor de serviços, o restante na agricultura ou desempregados. Setenta pessoas estavam empregadas na construção civil e 158 (serviços) se distribuíam pelo comércio como biscateiros, sapateiros, ambulantes, carroceiros e domésticos, no ramo dos transportes e serviço público. Foram detectados ainda músicos, militares, vigias, serventes e mecânicos.

Cerca de 70 por cento dos chefes de famílias – 163 pessoas – exercem atividades de vínculo empregatício que, embora não revele o fato uma integração efetiva no mercado de trabalho, expressa uma condição de trabalho menos instável do que a faixa de autônomos.

O perfil da renda familiar mensal revelou que 35 famílias ganhavam meio salário mínimo, 93 de meio a um salário mínimo, 75 de um a dois salários, 21 de dois a três e apenas dez famílias auferiam mais de três salários, o que demonstra que não se trata de um bando de marginais. (Jornal da Bahia, 15.02.1976)

A pesquisa apresentada pelo advogado, segundo os jornais, foi realizada por membros da Igreja e estudantes. Questionamos sobre a realização deste levantamento, entre alguns ocupantes do Marotinho e membros da Igreja que apoiaram o movimento, mas nenhum deles se recordou sobre esses dados coletados.

O levantamento indicava, em janeiro de 1976, a presença de 1.272 pessoas na Baixa do Marotinho distribuídas em 234 famílias. Cada família, em média, possuía cinco integrantes. Essa média familiar corroborava com um número muito alto de menores de 14 anos que ficava em torno de 53%. De acordo com a pesquisa, a comunidade do Marotinho possuía 218 chefes de família. O grau de instrução destes ficou dividido da seguinte forma:

QUADRO 2: GRAU DE INSTRUÇÃO DOS CHEFES DE FAMÍLIA DO MAROTINHO

<i>Quantidade</i>	<i>Descrição</i>	<i>Porcentagem</i>
59	chefes de família analfabetos	27,1%
138	chefes de família com curso primário incompleto	63,3%
21	chefes de família com curso primário completo	9,6%

Quadro elaborado pela autora.

Curso primário retratado na pesquisa se referia ao ciclo correspondente da 1ª à 5ª série do ensino fundamental. Esses dados demonstram que 72,9% dos chefes de família sabiam ler e escrever, o que não garante que não eram analfabetos funcionais⁴⁰, e que um pouco mais de um quarto eram analfabetos. Relacionando esses dados com as informações coletadas sobre os setores de serviços — justamente onde os Marotinhos estavam empregados — visualizaremos o seguinte: 30% dos ocupantes estavam empregados no

⁴⁰ Analfabetismo funcional inclui não só aqueles chamados analfabetos, mas também aqueles que, sabendo ler e escrever não sabem fazer o uso da leitura e da escrita. SOARES, Magda. “Alfabetização: a ressignificação do conceito.” In: Construção coletiva: contribuição à educação de jovens e adultos. Brasília: UNESCO/ MEC/ RAAAB, pp.87-94, 2005

setor industrial, 67% estavam empregados no setor de serviços⁴¹, 3% trabalhavam na agricultura ou estavam desempregados. Esse alto índice no setor de serviços tradicionais provavelmente se relaciona ao fato da baixa escolaridade dos residentes, os quais tinham dificuldade em encontrar emprego no setor industrial, pois este exigia maior especialização.

Paul Singer (1976) argumenta que apesar do grande investimento do Estado nos processos de modernização e industrialização na capital e na Região Metropolitana, bem como na ampliação das atividades ligadas, diretamente e indiretamente, ao setor industrial, e na expansão e modernização do setor terciário capitalizado, dois terços da força de trabalho, em 1971, não se encontrava vinculada ao setor industrial e terciário capitalizado.

Esses trabalhadores estavam inscritos em atividades terciárias mais tradicionais, de baixa remuneração e que exigia pouca qualificação. Ou seja, cerca de 65,22% da força de trabalho de Salvador, em 1971, desempenhava serviços domésticos, usufruindo uma renda mínima, ou serviços terciários de baixa qualificação ou valorização como, por exemplo, costureiras, serventes, sapateiros, feirantes e vendedores ambulantes.

Apesar da avaliação de Paul Singer se restringir ao início da década de 1970, esse cenário não se modificou muito, tanto que essa análise nos ajudou a compreender a realidade vivenciada pelos ocupantes do Marotinho em 1976. A grande maioria estava no setor de serviços não capitalizado. Como Paul Singer já apontava, essa área de serviços tradicionais era mal remunerada, e isso não se apresentava de forma diferente dentro da Baixa do Marotinho. A pesquisa desenvolvida com os ocupantes da Baixada nos demonstra a baixa renda familiar da comunidade como um todo.

De acordo com o levantamento, a renda mensal das 234 famílias era a seguinte:

QUADRO 3: RENDA MENSAL DAS FAMÍLIAS DO MAROTINHO

<i>Renda</i>	<i>Porcentagem</i>
<i>até meio salário mínimo</i>	15%
<i>de meio a 1 salário mínimo</i>	40%
<i>de 1 a 2 salários mínimos</i>	32%
<i>de 2 a 3 salários mínimos</i>	9%
<i>de 3 ou mais salários mínimos</i>	4%

Quadro elaborado pela autora.

⁴¹Paul Singer (1976) descreve como setor de serviços tradicionais por serem atividades não capitalizadas.

Isso quer dizer que 87% das famílias que residiam na Baixa do Marotinho recebiam de meio a 2 salários mínimos. Com essa renda familiar, os ocupantes deveriam pagar o aluguel e manter em média 5 integrantes da família.

Basicamente, a expressiva maioria das famílias foi empurrada para a Baixada pela impossibilidade de fazer frente aos aluguéis. Antes de invadirem o terreno baldio 167 famílias pagavam aluguel, onze tinham casa própria e 56 moravam de favor. Nove famílias pagavam até Cr\$ 50,00 por mês, 80 pagavam de Cr\$ 51 cruzeiros a Cr\$ 100 cruzeiros, 44 pagavam até Cr\$ 150 cruzeiros, vinte famílias pagavam até 200 cruzeiros de aluguel e apenas 14 ultrapassavam essa importância. (Jornal da Bahia, 15.02.1976)

Os dados apresentados também foram coletados na pesquisa realizada entre os residentes do Marotinho. Das 167 famílias que pagavam aluguel, 124 famílias pagavam numa faixa de Cr\$ 51,00 cruzeiros a Cr\$ 150,00 cruzeiros, o que representa 74% desse universo. Utilizando esses valores de aluguéis e nos baseando no valor absoluto do salário mínimo que, segundo o *Jornal da Bahia* de 15 de fevereiro de 1976, estava valendo Cr\$ 417,00 cruzeiros, podemos visualizar que o gasto com aluguel representava de 12% a 36% da renda, aproximadamente. Era, portanto, um valor significativo para uma família responsável pela manutenção, em média, de cinco integrantes.

Levando em consideração que este cálculo foi realizado tomando como referência o valor de um salário mínimo — sendo que a maior parte dos ocupantes, ou melhor, 87% recebiam na faixa de meio a dois salários mínimos —, podemos inferir que os aluguéis representavam um valor muito alto. Uma família com renda de dois salários mínimos, se pagasse Cr\$ 51,00 cruzeiros por mês de aluguel, isso corresponderia, aproximadamente, a 6% de sua renda. Para uma família de cinco componentes, restaria 18,7% para cada um nos gastos com alimentação, vestimenta, saúde, educação e transporte, excluindo o lazer. Isso significaria 3,75% para cada tipo de necessidade básica.

A má distribuição de renda, aliada ao mercado imobiliário especulativo e altamente valorizado, promoveu a exclusão de uma parcela considerável da população de Salvador ao acesso à habitação através do mercado habitacional formal. Os terrenos e os aluguéis eram comercializados a preços exorbitantes, incompatíveis com a realidade da população de baixa renda, restando poucas alternativas às pessoas pobres. Dentro desse cenário, o Marotinho não destoava dessa realidade que envolve a baixa remuneração e a dificuldade do acesso à casa própria ou mesmo à moradia.

Os altos preços de aluguéis, o difícil acesso à terra e à habitação, fazem parte do processo de expansão urbana com acentuada separação de classes. Quanto maior as

idades brasileiras e mais populosas, mais diferenciada seria a atividade produtiva e a estrutura de classes. Essas diferenciações repercutem nos instrumentos espaciais, o que provoca uma distinção espacial centro-periferia, interdependentes, e que mantém esse tipo de crescimento urbano e suas características.

As cidades são grandes porque há especulação e vice-versa; há especulação porque há vazios e vice-versa; porque há vazios as cidades são grandes. O modelo rodoviário urbano é fator de crescimento disperso e do espraiamento da cidade. Havendo especulação, há criação mercantil da escassez e o problema do acesso à terra e à habitação se acentua. Mas o déficit de residências também leva à especulação e os dois juntos conduzem à periferização da população mais pobre e, de novo, ao aumento do tamanho urbano. As carências em serviços alimentam a especulação, pela valorização diferencial das diversas frações do território urbano. (...) É isso fortalece os centros em detrimento das periferias, num verdadeiro círculo vicioso. (SANTOS, 1994, p. 96)

A especulação imobiliária, para Milton Santos, faz parte desse processo de segmentação social, dentro do qual ela é, também, impulsionadora. As cidades extensas e populosas, a existência de vazios, o modelo rodoviário urbano e o déficit habitacional interagem entre si, juntamente com a especulação imobiliária, mantendo e promovendo um crescimento urbano com profundas segmentações.

Como já foi dito anteriormente, a especulação imobiliária deriva da convergência tanto da transformação seletiva de um lugar, em consonância aos interesses e as exigências funcionais de uma sociedade urbana, quanto pela disputa entre atividades produtivas ou pessoas por dada localização. Dentro dessa disputa e das transformações locais, a especulação imobiliária, tanto no âmbito de locação quanto de vendas, dificultam o acesso à moradia e à terra.

No cenário imobiliário soteropolitano, os ocupantes do Marotinho, diante da sua condição financeira, se encontravam em desvantagem na disputa especulativa, e esta se alimentava dessa desvantagem para manter ativo o círculo vicioso.

2.2 Baixa do Marotinho e sua legitimidade social

A data inicial da ocupação da Baixada do Marotinho é muito imprecisa. De acordo com Mattedi (1979) e Gordilho Souza (1999) a invasão aconteceu em 1976, mas, segundo *A Tarde*⁴² da época, a ocupação da Baixada se iniciou em 1975. Entretanto, alguns ocupantes como, por exemplo, Dona Maria José Santos, relata que até a expulsão —

⁴² *A Tarde*, 21.01.1976. “Moradores da Baixa do Marotinho não tem para onde ir”

ocorrida nos dias 5 e 6 de março de 1976 —, ela já morava na localidade há mais de um ano. Isso remete, portanto, à existência da ocupação antes de 1975.

Encontramos um artigo do Caderno do CEAS, do terceiro bimestre de 1975, um relato sobre invasões e comentários sobre as enchentes que aconteceram e que deixaram várias famílias desalojadas em abril de 1974 na capital baiana. Dentre os inúmeros bairros atingidos pelas enchentes, o artigo cita a Baixa do Marotinho.

Foi trágico aquele dia 29 de abril de 1974. As chuvas se abateram violentamente sobre a velha cidade de São Salvador.

(...) centenas de famílias foram colocadas ao desabrigo, suas casas caídas ou invadidas pelas águas, ou seriamente ameaçadas. No bairro do Bom Juá, situado entre Fazenda Grande do Retiro e a BR-324, seis mortos. (...) Ainda foram atingidos na região de São Caetano os bairros da Baixa do Cacau, Baixa do Marotinho, Capelinha. (Cadernos do CEAS, nº37, 1975, p. 24)

Não podemos afirmar que a ocupação da Baixa do Marotinho aconteceu em 1974, afinal os jornais da época só nos informam que já havia famílias morando naquela localidade. Mas, de qualquer forma, temos uma noção aproximada de que a presença de moradores já existia em 1974. O que indica que a invasão talvez possuísse mais de dois anos de existência. Como dificilmente encontraremos documentos que nos confirme o ano inicial da ocupação, partiremos da idéia de que já havia famílias morando na localidade em 1974.

O artigo “O drama do Marotinho” publicado no Caderno do CEAS (nº 45, 1976, p.23), nos fala que “a ocupação ‘abusiva’ da Baixa do Marotinho começou no início de março de 1975.”, apesar das tentativas da prefeitura em expulsar os ocupantes com o uso da força policial e sem apresentação de uma ordem judicial. Não temos como confrontar com outra fonte essa informação, pois os jornais durante esse período não retratam a intensificação de ocupação na Baixa do Marotinho, nem foi desenvolvido, nos anos de 1974 a 1975, nenhuma pesquisa de campo que nos situasse sobre o por que desse aumento populacional na localidade.

Ao visualizarmos essa informação no artigo, identificamos um comportamento similar em 1976. Em janeiro, como já foi dito, foi realizada uma pesquisa que relatou a presença de 1.272 pessoas na comunidade, mas de acordo com os jornais e com os depoimentos dos antigos ocupantes⁴³ esse número aumentou no intervalo de janeiro a

⁴³ Alcebiades Ferreira Couto e Carmosina Ferreira Couto, entrevistados em 26.01.2008.

março, tanto que muitas famílias não foram contempladas com os lotes conquistados logo após a expulsão.

Podemos notar que apesar do pedido de reintegração de posse da Prefeitura as pessoas continuaram ocupando a área. O que nos motiva à seguinte indagação: por que se intensificaram as ocupações se a expulsão se apresentava como algo iminente? Edna Pedreira, uma das ocupantes da Baixa do Marotinho fez um comentário muito interessante que nos ajuda a refletir melhor sobre o porquê das pessoas continuarem ocupando a localidade, mesmo diante da possibilidade de serem expulsos.

Edna Pedreira: Eu cheguei e já encontrei pessoas. Seu Antonio Coutos (...) tinha uma casa já pronta, dele.

Entrevistadora: A senhora fala casa pronta, casa de alvenaria?

Edna Pedreira: Não. Casa de sapapo também. Ninguém poderia botar bloco, entendeu? Ninguém poderia botar bloco que é uma coisa que a gente tava aventurando. Você entendeu? (Entrevista com Edna Pedreira no dia 14.09.2008)

Edna expõe que os ocupantes tinham consciência de que a ação deles era algo arriscado. Além disso, não podemos perder de vista que, no período de janeiro a março de 1976, a invasão do Marotinho já tinha ganho as páginas dos jornais, o apoio da OAB, do Instituto de Arquitetos da Bahia – IAB, Clube de Engenharia e da Igreja, através das intervenções do Abade Dom Timóteo Amoroso Anastácio e dos padres Paulo Tonucci e Renzo Rossi.

Diante dessas informações, podemos inferir que os invasores, apesar de compreenderem o quanto a invasão era uma ação arriscada, optaram em persistir no local, motivados pelo fato de contarem com a notoriedade dentro da mídia e, também, pela mobilização por parte de instituições sociais que se solidarizaram com a luta pela moradia. Isso tudo poderia pesar nas negociações, sendo mais vantajoso para os ocupantes o enfrentamento com a PMS, o que demonstra que ocupar não era um mero reflexo da falta de moradia. A forma de como e onde agir também contava para consolidação ou não da habitação em litígio.

Discutiremos, a seguir, o processo de acesso à moradia antes dos anos de 1970, pois isso nos ajudará a compreender a ocupação, não só enfocando os dados estruturais, mas tentando entender como as pessoas adquiriam moradia antes do crescimento da capitalização especulativa do solo urbano. Assim, poderemos identificar quais costumes se mantiveram ao longo do tempo.

Vamos nos reportar ao início do século XX, momento em que a cidade vivenciou diversas modificações urbanas acompanhada de um grande crescimento populacional. Consideramos preliminarmente que a capitalização especulativa do solo urbano àquela época não tinha a força política das grandes empreiteiras da construção civil, como percebemos nas últimas décadas.

Como já foi dito, Fazenda Grande e São Caetano são bairros pobres. Não sabemos precisar quando se iniciou o processo de ocupação dessas localidades. Alguns estudos como os de Mattedi (1979) e Neves (1985), apontam um aumento populacional e um maior número de famílias carentes em Salvador entre o final da década de 1930 até o início dos anos de 1950. Um estudo realizado por Maria de Azevedo Brandão (VALLADARES, 1980) aponta para a existência desses dois bairros desde o século XIX. Entretanto, esses bairros se tornaram mais populosos após os anos de 1930. Esses dois bairros são áreas que:

(...) surgiram ou foram incrementadas na primeira metade do século, graças à corrente imigratória vinda do interior (...)

A característica socioeconômica fundamental desses bairros e fator de sua relativa saúde do ponto de vista comunal é a ocorrência de um regime de vida ainda em grande parte fundado em economia natural, com sua natural capacidade elástica e suas típicas instituições de auxílio e coesão, o compadresco, a ajuda mútua, os festejos coletivos, as rezas e ritos sacrificiais, ao lado das categorias ocupacionais típicas, não monetariamente remuneradas, desempenhadas pelas pessoas de idade, pelos meninos em idade escolar, e por tôda sorte de pessoas temporária e permanentemente sem emprêgo. (BRANDÃO, 1960, p.106)

São duas comunidades carentes onde predominavam características muito rurais. Era comum encontrar, nesse período, residências onde membros de famílias mantinham e cultivavam um pequeno plantio para auxiliar na alimentação e manutenção da casa. As novas linhas de transporte, no início do século XX, permitiram que os grupos de baixa renda ocupassem as margens das vias urbanas, bem como áreas de chácaras ou propriedades menores, sempre mantendo uma área para o cultivo. A produção de alimentos excedente era oferecida nas pequenas feiras de bairros. As ocupações dos que trabalhavam fora era normalmente relacionada aos serviços tradicionais (sapateiros, empregada doméstica, carregadores, etc.).

Milton Moura (1990), em um artigo publicado na revista do CEAS, dimensiona um pouco como se dava o crescimento urbano soteropolitano e, ao mesmo tempo, retrata a forma como as famílias carentes procediam para adquirir uma casa até os anos 40 do século XX:

O que hoje é a periferia de Salvador dificilmente poderia ser chamado de “urbano” até as primeiras décadas deste século. As próprias distinções entre “urbano” e “rural” eram bem menos nítidas que hoje. Os depoimentos de moradores de terrenos não reclamados àquela época poderiam ser atribuídos quase integralmente a famílias de posseiros que, na busca de sobreviver como pequenos produtores, investem na fertilidade de uma porção da mata. Não era difícil encontrar um terreno próximo aos locais de trabalho ou comercialização e suficientemente amplo para caber, além do barraco possível no momento, as futuras ampliações que costumam constar no projeto das famílias pobres. Lentamente, os moradores chegavam sozinhos ou com a família, do interior ou dos bairros da capital. (...) Podia-se morar durante décadas num terreno bem situado e não reclamado. (...)

Era comum também instalar-se em terrenos de propriedade regularizada para em seguida solicitar o aforamento. (...)

Nos terrenos aforados e sobretudo nas áreas periféricas não reclamadas, a ampliação, divisão ou multiplicação dos barracos dava-se com relativa tranqüilidade, de acordo com as necessidades da família ou com a disposição, por parte do morador antigo, de vender ou alugar parte do seu quintal. (MOURA, 1990, p.26)

Milton Moura expõe o crescimento abrupto horizontal da área urbana da cidade, em menos de um século. Ele elucida como se procedia o povoamento dessas localidades ainda caracterizadas como rurais, tomadas através da regularização do aforamento do terreno ou através da posse. Isto quer dizer que alguns ocupantes de terrenos não reclamados, dispunham da parte que tinham tomado posse, vendendo ou alugando.

A ocupação dessas localidades, ainda rurais, não foi motivada apenas pela extensão das linhas de transportes que estavam sendo criadas. Ao mesmo tempo, as famílias estavam sendo forçadas a procurar alternativas de moradia devido às reformas do centro da Cidade Alta, provocando a demolição de muitos casarões que serviam como moradia para muitas famílias carentes.

De acordo com Moura (1990) e Brandão (1978), o Estado, a partir de 1944, passou a ser mais rígido quanto ao processo de posse do solo e a restringir a vigência da *enfiteuse*, respaldando juridicamente a mercantilização do solo urbano. É justamente nesse período que se intensificou a migração, principalmente, do sul da Bahia, devido a estabilização da cacauicultura. Foi em meio a esse impasse que se iniciou a repressão mais incisiva às ocupações não regularizadas como, por exemplo, sobre a invasão do *Corta-Braço*⁴⁴ em 1946.

Dentro desse cenário é que a posse não regularizada passou a ser recriminada mais incisivamente. As ocupações coletivas, a partir de 1946, passaram a vivenciar o dilema de

⁴⁴ A dissertação de mestrado de Erivaldo Fagundes Neves (1985) retrata como se deu a invasão do Corta-Braço.

serem recriminadas e, algumas vezes, extintas ou, até mesmo, relocadas. Apesar disso as habitações ilegais foram aumentando e a repressão sobre estas variava de acordo com o momento socioeconômico e político⁴⁵. As ocupações do *Corta-Braço* e dos *Alagados*⁴⁶ são consideradas por diversos autores⁴⁷ como uma das primeiras em Salvador, em razão do caráter organizacional e sistemático que as mesmas tiveram.

O que observamos no processo de ocupação do solo de Salvador é que a posse de uma terra, desde o início do século XX, não estava, necessariamente, acompanhada do processo legal. Como Milton Moura (1990) apresentou: uma família podia morar décadas numa terra que não lhe pertencia e, muitas vezes, esta não era reclamada. Esse tipo de comportamento se apresentava desde o início do século XX. Daí, podemos afirmar que o ato de invadir não é algo novo. Milton Moura (1990) relata como se desenrolavam as ocupações do início do século até a formação de invasões coletivas.

Era comum também instalar-se em terrenos de propriedade regularizada para em seguida solicitar o aforamento. Isso interessava aos proprietários, que desta forma poderiam cobrar foros de terrenos que nada lhes rendiam, ou dos próprios enfiteutas, que poderiam sublocá-los. (...)

Nos terrenos aforados e sobretudo nas áreas periféricas não reclamadas, a ampliação, divisão ou multiplicação dos barracos dava-se com relativa tranquilidade, de acordo com as necessidades da família ou com a disposição, por parte do morador antigo, de vender ou alugar parte do seu quintal. (...)

Foi justamente a partir de 1944 que o Estado, em seus diversos níveis, passou a restringir a vigência da enfiteuse, respaldando juridicamente a mercantilização do solo urbano, ou seja, instituindo a especulação imobiliária por inspiração dos grupos econômicos que lhe controlavam, principalmente o capital comercial. (...)

A primeira grande invasão coletiva foi a do *Corta-Braço*, em 1946, que deu origem ao que hoje é o bairro do *Pero Vaz*. (MOURA, 1990, pp.26-27)

Maria Brandão (1960), também, retrata como se davam as ocupações no início do século XX e de que forma as invasões coletivas, que passaram a acontecer nos anos de 1940, foram se avizinando aos bairros pobres de ocupação antiga.

Os grupos de baixa renda, sobretudo de origem rural, aproveitaram as novas linhas e formaram vizinhanças esparsas às suas margens. Já nas imediações dos bairros centrais a dinâmica de classes vinha desde muito a operar uma

⁴⁵ O trabalho desenvolvido por Raquel Mattedi retrata, justamente, sobre as “invasões” que se sucederam em Salvador desde de 1946. Maria Azevedo Brandão analisa o processo de expansão e crescimento urbano da cidade do Salvador.

⁴⁶ A ocupação Vila Rui Barbosa, que aconteceu no final da década de 1940, faz parte de uma das primeiras ocupações em Salvador e na região dos Alagados. O trabalho de Abigail Silva (2002) discute sobre as sucessivas ocupações que transcorreram nos Alagados desde os anos 1940 até 1990 e, também, o processo de organização da população para garantir melhorias aos bairros e aos moradores.

⁴⁷ Mattedi, Raquel (1979); Brandão, Maria de Azevedo (1978); Gordilho Souza, Ângela (1990); Neves, Erivaldo (1985) e Silva, Abigail (2002).

organização inicial estratificada de sentido descendente à medida que se atingia o talweg⁴⁸ dos vales. (...)

(...) a ocupação se rarefazia numa estreita franja de chácaras que logo dava lugar ao campo aberto semideserto e subaproveitado dos latifúndios que séculos antes foram as fazendas de criação e de cana que circundavam a Cidade. (...)

Quando o crescimento demográfico dos últimos 30 anos (entre 1930 a 1960) exigiu a conversão daquelas áreas vazias em áreas de ocupação urbana, (...) as camadas econômicas inferiores que então aumentavam com relativa rapidez, resolviam o problema de sua parte pela superlotação e pela construção clandestina de novas casas. (...)

As novas habitações de baixo nível agrupavam-se às áreas de residência pobres existentes (...). (BRANDÃO, 1960, pp. 108-109)

As ocupações desordenadas e não reclamadas, como Milton Moura retrata, foram algumas vezes iniciativas individuais; outras vezes, foram levadas a cabo por famílias. Estas ocupações foram delineando a formação dos bairros periféricos⁴⁹. As primeiras invasões coletivas como, por exemplo, *Corta-Braço* (1946), *Vila Rui Barbosa – Alagados* – (1949) deflagraram a luta pela moradia. Segundo Mattedi (1979, p. 73),

(...) o processo de ocupação periférica assumiu o caráter de verdadeira luta pelo espaço, e estas lutas culminaram na incorporação definitiva de novos espaços aos espaços já consolidados. No momento em que se explicitaram os conflitos entre os interesses dos proprietários de terrenos urbanos e os da população pobre em geral, estes movimentos de ocupação espontânea do solo urbano passaram a ser denominados de invasões.

As invasões que se sucederam, a partir de 1946, herdaram a noção de adquirir uma moradia através dos hábitos praticados pelas ocupações individuais e aleatórias que se sucederam na periferia de Salvador na primeira metade do século XX.

A relação imbricada entre o fator econômico e cultural da comunidade do Marotinho pode ser, aproximadamente, melhor compreendida quando analisamos a posição dos ocupantes tendo como perspectiva o conceito de noção legitimadora utilizado por Thompson (1998):

Por noção de legitimação, entendo que os homens e as mulheres da multidão estavam imbuídos da crença de que estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais; e de que, em geral, tinham o apoio do consenso mais amplo da comunidade. (THOMPSON, 1998, p. 152).

E. P. Thompson utiliza esse conceito para analisar os motins ingleses durante o século XVIII, no processo de fixação de preços de grãos e farinha. Quando nos referenciamos a esse conceito, estamos apontando que já existia uma prática recorrente dentro da capital baiana, de acesso a terra por meio de ocupações não legalizadas, e isto

⁴⁸ Talvegue – caminho mais fundo do vale.

⁴⁹ Bairros distantes dos centros econômicos, políticos e comerciais da cidade.

possuía certa legitimidade perante os grandes proprietários de terras que estimulavam tal ação. Também não havia maiores fiscalizações por parte do governo. Entendemos, então, que a invasão para as famílias carentes de Salvador era uma forma, de longas datas, de se adquirir uma casa, mas não podemos deixar de apontar que esse tipo de ação vinha perdendo legitimidade perante a sociedade, principalmente após os anos de 1950, com as transformações urbanas.

A relação de exploração do uso do solo foi se modificando. O imóvel passou a ser visto como um grande investimento que poderia aumentar muito o seu valor de capital sem precisar ter grandes gastos. Diante dessa nova visão sobre o quanto o solo soteropolitano poderia ser lucrativo, os setores da sociedade ligados ao mercado imobiliário passaram a ser mais rígidos em relação às ocupações, principalmente quando eram em áreas de grande potencial de rentabilidade. O que nos permite dizer que os Marotinhos invadiram num momento em que a ação repercutia negativamente nos projetos de expansão imobiliária da classe dominante.

A sociedade dominante e a mídia⁵⁰ recriminavam as invasões e responsabilizavam o governo pelo surgimento das ocupações e, ao mesmo tempo, denunciavam a precariedade de políticas públicas que solucionassem o problema. Apesar da recriminação e repressão por parte da sociedade dominante, tal posicionamento não era compartilhado de maneira geral. Segundo publicações de jornais⁵¹ de época, os moradores de Fazenda Grande e São Caetano, bem como diversos leitores, publicaram seu apoio aos desalojados da Baixa do Marotinho, denotando que a rigidez com as ocupações ilegais não era algo consensual perante a comunidade.

O caso do Marotinho

Sr. Redator:

Sobre o drama do Marotinho, tenho por um dever de consciência, que fazer presente o meu protesto para que se junte aos tantos protestos verbais, escritos, calados, havidos antes, durante e depois dos fatos consumados.

Ora, a cada dia que se passa vemos os valores humanos serem destruídos pelos valores burocráticos, tecnocráticos, judiciais e outros. (...)

O problema do Marotinho é típico. O juiz foi insensível, aprovou o que estava dentro da lei. E o homem? A Justiça foi cumprida defendendo a lei. E o homem?

⁵⁰ *A Tarde*, 08.03.1976. Editorial: “Injusto e Desumano”; *A Tarde*, 09.03.1976. Seção Leitor: “As Invasões” de Sancho Santos; *Jornal da Bahia*, 07.01.1976. Editorial: “Drama das Invasões”; *Jornal da Bahia*, 13.01.1976. Editorial: “Ainda as Invasões”.

⁵¹ *Tribuna da Bahia*, 11.03.1976. Seção Leitor: “O caso Marotinho” Sérgio Facchinetti Dória; *Tribuna da Bahia*, 15.03.1976. Seção Leitor: “Marotinho e Sibéria”; *Tribuna da Bahia*, 16.03.1976. Seção Leitor: “Invasão e Grilagem” de João Bandeira; *Tribuna da Bahia*, 19.03.1976. Seção Leitor: “O caso Marotinho” de Paulo Maia da Fonseca.

Sr. Juiz que autenticou o papel será que não lhe passou pela cabeça escrever mais duas linhas neste papel com uns dizeres mais ou menos assim: “Os pobres e infelizes moradores serão desalojados do local e transportados com todos os seus bens para um outro local pré-fixado e doado definitivamente pela Comunidade”. Estaria se cumprindo a lei. Estaria se fazendo justiça. Estaria resolvido o problema. (...)

Sérgio Facchinetti Dória (*Tribuna da Bahia*, 11.03.1976)

A ocupação Baixa do Marotinho ocorreu em meio a efervescência de uma nova visão e prática política em relação à sociedade civil. Surgiu como resultado das contradições econômicas do sistema capitalista, mas, também, se constituiu em uma reação a um modo que, até então, era válido e muito usado antigamente pelos moradores da capital que não possuíam condições de adquirir uma casa por meios financeiros próprios, caso não houvesse uma política de auxílio de acesso ao lar.

A Baixa do Marotinho foi, portanto, uma invasão embasada também pela noção de legitimidade social, pois os fatores sociais, políticos, econômicos e culturais situados historicamente, nortearam a noção de legitimidade dos sujeitos históricos. Desde o final do século XIX, os bairros de Fazenda Grande e São Caetano vinham se constituindo como uma região de forte presença de famílias carentes, e uma das formas de acesso à terra era através da ocupação.

Essa prática foi sendo passada ao longo dos anos e chegou aos futuros moradores do Marotinho que herdaram esse tipo de ação. Como o processo de ocupação do espaço não é estático, a população carente, com o passar dos tempos, foi desenvolvendo novas formas de ocupação, entre elas, a invasão coletiva.

Baseado no que foi explicitado anteriormente é que tentaremos descrever como se deu o processo de ocupação na Baixa do Marotinho. Milton Moura (1990) afirma que a entrada em um terreno ocioso resulta de um acerto prévio, quanto à hora, o lugar, os instrumentos e o material. O movimento pode começar com 20, 50, 200 famílias que levam o mínimo necessário.

De acordo com os relatos dos moradores do Marotinho, a ocupação iniciou cada um por si. Não havia um grupo mobilizado e organizado para se alojarem. Os depoimentos relatam que as pessoas comentavam uma com as outras sobre a ocupação e não havia, neste caso, um acerto prévio.

Entrevistadora: Como a senhora ficou sabendo dessa invasão, Dona Valdelice?
Valdelice: Através de amiga, né? Que eu morava na Fazenda Grande. Aí então ela (Dona Maria), nessa mesma casa que ela foi morar, então dividiu em quatro cômodos, um dos cômodos eu ocupei. Eu e essa outra amiga. Hoje em dia, ela mora aqui (Novo Marotinho). (...) Daí então peguei um pedaço (de terra)

através do esposo dela, que na época ainda era vivo e tava na ativa muito bem, e um outro vizinho que mora aqui em baixo também, que são fundador. Então consegui um pedaço pra mim.

Entrevistadora: A senhora pagou por esse pedaço?

Valdelice: Não, não paguei nada. (Entrevista com Valdelice de Jesus no dia 07.09.2008)

Nesse relato e em outros, nenhum morador comentou sobre um acordo prévio ou uma combinação entre um grupo para dar entrada na Baixada. O que todos sempre comentam é de que ao tomar conhecimento da invasão por um vizinho, parente ou amigo, decidiam ou não fazer a invasão. Foi o caso, por exemplo, de Edna Pedreira:

Entrevistadora: Como a senhora ficou sabendo dessa ocupação?

Edna Pedreira: Eu morava na capelinha de São Caetano, que é bem próximo do fim de linha de São Caetano. Morava na Capelinha e o fim de linha fica mais abaixo. (...) E aí, uma tia minha, que mora na Liberdade, chegou lá! Eu morava de aluguel na Avenida São Roque na primeira casa. Aí, minha tia chegou lá e me disse que existia essa invasão lá no fim de linha. Aí, Vambora. Me chamou pra aí.

(...)

Minha tia me falou. Aí, fomos pra lá! Chegou lá, não tinha mais lugar pra eu invadir, já tava tudo tomado. Aí, tinha um cara por nome Dadica. Aí, me deu uma posezinha de terra que era dele. Né? E eu agradei ele por ter guardado aquele pedaço.

Entrevistadora: A senhora lembra mais ou menos quanto a senhora agradou?

Edna Pedreira: Na época foi setenta cruzeiros. (...) E esses setenta cruzeiros foi do aluguel da casa. (Entrevista com Edna Pedreira no dia 14.09.2008)

Na fala de Valdelice e Edna Pedreira, moradoras do Marotinho, havia uma solidariedade entre os conhecidos. As pessoas ajudavam umas às outras para conquista de um lote como, também, havia a venda de lotes. Podemos dizer então que existia uma corrente de amigos, de familiares, de informantes que compartilhavam entre si sobre o que estava sucedendo. O que ficou patente nas entrevistas com os moradores da Baixa do Marotinho é que não existia uma articulação de um grupo coeso e fechado para ocupar o terreno, mas a ação individual de alguns estimulou a ação de outros, envolvendo outros indivíduos. Ou seja, uns tinham o ímpeto de ocupar o terreno baldio; outros iam em seguida que, por conseguinte, convidavam amigos, familiares a se arriscarem na perspectiva de conseguir a propriedade do terreno.

Milton Moura (1990) comenta, ainda, sobre a solidariedade na “invasão”, enfatizando a solidariedade consanguínea.

Essa solidariedade familiar é semelhante e às vezes se continua com aquela decorrente de uma origem rural comum. É freqüente encontrar grupos de 10 ou mais famílias de imigrantes do mesmo lugar que se coordenaram para invadir. Por sua vez, o compadrio recria a família para além da consanguinidade. Embora

sua referência típica seja a participação no batismo católico, moradores sem filhos ou afilhados podem ser plenamente compadres. Essas relações se consubstanciam na reciprocidade de favores de várias espécies (ou na possibilidade permanente deles) prestados com frequência, confiança, segurança e prazer. (MOURA, 1990, n.º 125, p.34)

A solidariedade consanguínea⁵² e a do compadrio⁵³ foram identificadas nas entrevistas realizadas com os ocupantes do Marotinho. Muitas famílias eram amigas antes da ocupação e se tornaram compadres ao longo da ocupação, o que demonstra a solidariedade de compadrio. Outros moradores comentaram que tomaram o ímpeto de invadir a baixada porque os parentes já estavam presentes. Como é o caso de Romilda, antiga ocupante do Marotinho.

O meu marido tava ajeitando com o dono da casa (alugada) para vê se comprava, né? Foi quando o meu cunhado chegou e pediu pra gente ir pra lá (Baixa do Marotinho). Que ele já tava lá. Eu sem querer ir, mas mesmo assim eu fui. (Entrevista com Romilda no dia 09.09.2008)

Existia uma solidariedade entre amigos, parentes, mas, também, existia a venda de lotes nessas ocupações. Edna Pedreira comentou que deu um agrado a Dadica pelo fato dele ter guardado um pedaço do terreno e ter permitido ela se apossar da área. Carmosina e seu marido Alcebiades também comentaram que pagaram para se apoderar de um lote de terra na ocupação.

Carmosina e Alcebiades: A gente comprou esse pedaço, cê entendeu? De uma pessoa, mas essa pessoa morava lá. Você tá entendendo? Era um terreno maiorzinho. A casa dele era embaixo e a da gente era em cima. Entendeu?
Entrevistadora: E isso era muito forte, lá na Baixa do Marotinho, as pessoas ocuparem dois lotes?
Carmosina e Alcebiades: Não. Não tinha terreno pra isso. A comunidade era imensa e o terreno era pequeno. (...) Não tinha nem lote para fazer rua, era caminho, caminhozinho estreito. Não tinha negócio de rua larga, nada disso. (Entrevista com Carmosina e Alcebiades no dia 26.01.2008)

Dentro do universo de quase 1.500 pessoas que ocuparam o terreno do Marotinho, alguns ocuparam mais de um lote e venderam o excedente. Não podemos precisar quantas pessoas venderam lotes na Baixada. Os próprios ocupantes comentaram que era um número muito pequeno de pessoas que havia feito isso, pois a área era pequena e a comunidade imensa.

⁵² Solidariedade consanguínea apontada por Moura (1990) se refere a solidariedades baseada nos laços de sangue.

⁵³ Solidariedade de compadrio, retratada por Moura (1990), especifica a solidariedade construída em laços de batismo e de amizade.

Carmosina e Alcebiades fizeram questão de afirmar que compraram a terra de alguém que morava lá, ou seja, alguém que estava na mesma situação que a deles, também sem moradia. A preocupação dos ocupantes talvez fosse expor que a venda fora realizada não por uma pessoa que ocupava sem morar, só para ter lucro. Mas, foi feita por alguém que realmente não tinha onde morar e que tentava tirar alguma renda de algo que se encontrava sob seu poder. O ocupante que vendeu o lote não vivia disso.

Quando foram questionadas se era comum as pessoas tomarem posse de mais de um lote e depois vendê-lo, os ocupantes refutaram, argumentando que não tinha espaço para isso e havia muitas famílias ocupando. Isso demonstra que por mais que houvesse interesse por parte de algumas pessoas em lucrar com a venda de terras invadidas, este era um negócio um tanto limitado, pois a área era muito disputada por pessoas que, realmente, tinham necessidade de uma moradia, mas com poucos recursos para comprar um lote que estivesse à venda.

Edna Pedreira afirma que o pagamento oferecido a Dadica foi um agrado, como se ele fosse merecedor pelo fato de ter chegado primeiro. Possivelmente essa era uma forma de retribuir pelo trabalho que ele, provavelmente, dedicou ao garantir a terra, como, por exemplo, limpar e cercar. Podemos interpretar, ainda, que o dinheiro oferecido foi encarado como um agrado e não como pagamento. Há uma diferença substancial entre os dois termos para Edna Pedreira. O valor foi de Cr\$ 70,00 (setenta cruzeiros), correspondente ao valor do aluguel da casa onde ela morava. Entretanto, se formos fazer uma avaliação dentro do salário mínimo (Cr\$ 417,00 cruzeiros à época), o valor oferecido representava 16,78% sobre esse salário.

Era uma quantia relativamente pequena para quem teria acesso à posse de um terreno que iria morar e que também poderia se tornar dono. Entretanto, estamos falando de uma renda familiar mensal que ficava em torno de apenas um salário mínimo. Edna ainda comentou que retirou esse valor do aluguel, pois não tinha condições de fazer face a duas despesas: quitar o aluguel e pagar o lote. Não temos maiores informações sobre Dadica, se ele morava lá ou não, entretanto visualizamos nesse relato a forma diferenciada em que foi tratado esse acordo pela posse da terra.

Se analisarmos, previamente, que os ocupantes do Marotinho visavam o lucro, isto pode nos levar à uma visão equivocada. O terreno referente à ocupação encontrava-se numa localidade íngreme, sem nenhuma infra-estrutura, o que dificultaria, portanto, a venda de lotes. Além disto, os interessados na área eram de uma comunidade carente com

pouco poder de compra. Por mais que fosse lucrativo ganhar dinheiro em algo que não se teve nenhum tipo de “gasto”⁵⁴, o lucro era pequeno, pois a venda era para pessoas pobres que não poderiam pagar um valor de mercado pela posse. As pessoas que venderam lotes tentavam tirar o mínimo de dinheiro em qualquer coisa que se encontrava sob seu poder.

O relato de um morador registrado no artigo do CEAS mostra bem isso:

Quando cheguei em casa, estavam acabando com tudo, e me disseram que eu devia tirar todo mundo de casa, porque iriam demoli-la. Desesperado, pedi que me permitissem tirar o madeirame, porque assim eu poderia salvar alguma coisa. (n°45, 1976, p.24).

É interessante que muitos dos ocupantes aproveitavam a madeira da própria área ocupada para construção de suas casas. A madeira foi tomada por eles como se fosse propriedade dos mesmos. Provavelmente, alguns ocupantes também tentaram fazer o mesmo com o lote a mais de que se apossaram. Ou seja, tentaram tirar alguma renda sobre aquilo que estava sob seu poder. Milton Moura faz uma reflexão a esse respeito:

(...) a estratégia daqueles moradores (nunca mais que 5 % do conjunto) que criam mais de um lote, com ou sem barraco, com o objetivo de vendê-lo ou alugá-lo. Embora esse tipo de negócio seja análogo ao procedimento de um profissional liberal de classe média que adquire mais de um apartamento financiado com a receita oriunda do SFH “para garantir o futuro dos meus filhos”, no sentido de que cada um investe em moradia de acordo com as possibilidades abertas a si, a imprensa costuma noticiar essa estratégia dos moradores de invasão sob o nome de “especulação”, contribuindo para criar e manter na opinião a idéia de que “invadir é um grande negócio administrado por especuladores e agitadores”. (MOURA, 1990, n° 125, p.35)

O comentário de Moura chama a atenção ao uso de pré-conceitos para analisar invasores. Entretanto, não aplicamos o mesmo tipo de análise para avaliar pessoas de outra classe social. O debate não é justificar ou legitimar a ação dos ocupantes que possuíam mais de um lote. A proposta é analisar como se dava o processo de repasse de terras e tentar compreender como as pessoas envolvidas entendiam essa dinâmica. O intuito é evitar visões precipitadas que não analisam as relações sociais e conjunturais que compõem a situação.

As pessoas são diferentes e não podemos cobrar que a ação de um grande grupo seja tão coesa. Mas, de qualquer forma, segundo os ocupantes que compraram lotes de outros, a perspectiva dominante na ação dos Marotinhos era adquirir sua casa, e não lucrar

⁵⁴ Dependendo do ponto de vista o ocupante que vendeu lote excedente não teve gasto, já que ele não gastou dinheiro para adquirir o terreno, ele apenas se apossou da área. Mas não podemos deixar de destacar que houve dedicação do seu tempo e material pra limpar e cercar o lote para assim garantir a posse da terra.

sobre a venda dos lotes ocupados. O fator econômico estava presente na ocupação, mas não foi o determinante para a ação das pessoas. Tanto que a venda de lotes, que poderia ser um pouco lucrativa, não se tornou predominante dentro da comunidade do Marotinho.

Vale dizer que não refutamos a hipótese de que havia ocupantes na Baixa do Marotinho com a intenção de lucrar sobre o processo de ocupação, vendendo ou alugando terrenos. Mas isso não desqualifica a luta da maioria dos ocupantes em garantir uma moradia. E. P. Thompson, a esse respeito, considera o seguinte:

Seria tolice sugerir que, com uma brecha tão grande no baluarte da deferência, muitos não aproveitassem a oportunidade para carregar mercadorias sem pagar. Mas há abundante evidência em contrário, e parte dessas provas é surpreendente. Por exemplo, em 1766, os arrendatários em Honiton que, tendo tomado cereais dos fazendeiros e vendido o produto a preço popular no mercado, devolveram a eles não só o dinheiro, mas também os sacos; em 1800, a multidão de Oldham que fez racionamento de cereais, dando a cada comprador apenas dois celamins por cabeça; e as muitas vezes em que carroças foram interceptadas nas estradas, seus conteúdos vendidos, e o dinheiro confiado ao carroceiro. (THOMPSON, 1998, p. 181)

Thompson não nega a possibilidade de algumas pessoas terem aproveitado a oportunidade e levado a mercadoria sem pagar, mas, tendo em vista os documentos que ele pesquisou, a comunidade em geral não aproveitou da situação para assim adquirir o alimento sem pagar. Não entrevistamos todos os ocupantes do Marotinho para assim identificarmos quantas pessoas se instalaram na Baixada para somente vender o terreno. Mesmo que tivéssemos feito isso talvez não conseguíssemos reconhecer quantos e quais fizeram isso. Todavia, podemos visualizar que a comunidade, em geral, além de ser composta por pessoas sem condições econômicas para adquirir uma casa própria, não invadiu outro lugar. Logo quando foram expulsas, elas continuaram se reunindo na Igreja de Fazenda Grande, com autorização e apoio do Padre Paulo Tonucci, e se mobilizando para pressionar o Estado com o objetivo de garantir uma moradia. Carmosina e Alcebiades deixaram explícito qual era o objetivo do Movimento Marotinho.

O objetivo da gente conforme sempre disse a você, era uma moradia digna de um brasileiro, de um baiano, de um pai de família que tinha necessidade conforme a gente tinha. Porque a gente necessitava a tal ponto de ir pra um lugar daquele e sofrer o que a gente sofreu pela uma moradia. Portanto o objetivo da gente era ter um cantinho pra gente morar e viver tranquilo mesmo que a gente chegasse a pagar, não tinha problema, contanto que a gente tivesse uma moradia digna. Entendeu? O objetivo da gente é aquele. (...) Necessidade de morar, porque um salário era péssimo e não dava pra pai de família comprar um lote pra fazer, como até hoje existe. (...) E a prova a gente deu, tá todo mundo morando aqui. A maioria até já morreu. (Entrevista com Carmosina e Alcebiades no dia 26.01.2008)

Apesar da possibilidade de alguns ocupantes terem vendido terras que se encontrava em seus domínios, a grande maioria tinha o interesse em conquistar uma moradia. Os ocupantes, aliás, após conseguirem os lotes na Fazenda Sete de Abril, concordaram em assinar um documento que não permitia a venda, nem a troca, nem transferência dos lotes por 10 anos.

Quem recebia seu lote, recebia uma minuta com nome, fosse casada, marido e mulher, ou se fosse mulher sozinha, solteira, mãe de filho, fosse marido com outra senhora teria o nome daquelas pessoas. Ninguém poderia durante dez anos, dez anos, desfazer, nem vender, nem trocar, nem transferir. Ninguém teve essa possibilidade. Pessoa nenhuma veio pra aqui com o objetivo de comprar lote e passar pra aquela pessoa, conforme diversas invasões eu vejo acontecer isso. (Entrevista com Carmosina e Alcebiades no dia 26.01.2008)



Imagem 03 – A comunidade do Marotinho hasteando a Bandeira do Brasil.
“Até a bandeira do Brasil foi ontem hasteada no Marotinho pelo moradores que não tem para onde ir”.
Fonte: *Jornal da Bahia* 05.03.1976.

Os ocupantes do Marotinho utilizaram artifícios para mobilizar a comunidade vizinha e a sociedade soteropolitana, tentando sensibilizá-los em seu favor. Alguns dias antes da expulsão eles construíram um espaço que seria usado para dar aula às crianças da comunidade, bem como para realização das reuniões da associação de moradores. A PMS, por duas vezes, alguns dias antes da expulsão efetiva, tentou desalojá-los sem uma ordem judicial. Quando se tinha a presença dos policiais na localidade os moradores se reuniam em frente à escola “Boa Esperança” e começavam a cantar o Hino Nacional, enquanto se hasteava a bandeira do Brasil.

Nesse momento, todos os policiais ficavam parados em respeito aos símbolos pátrios. Entretanto, paradoxalmente, era esse mesmo patriotismo que ordenava a expulsão de brasileiros patriotas. Essa ação era uma tática política adotada pelos Marotinhos demonstrando que antes de serem invasores eram brasileiros. Portanto, mereciam respeito e justiça social. É dentro desse cenário que o Movimento Baixa do Marotinho se tornou um episódio tão marcante para os contemporâneos que acompanharam a sua expulsão.